

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E FISIOTERAPIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENVELHECIMENTO HUMANO

**Os aposentados economicamente ativos e a constituição de vínculos
entre indivíduo e trabalho**

Vanessa Algeri

Passo Fundo

2015

Vanessa Algeri

Os aposentados economicamente ativos e a constituição de vínculos entre indivíduo e trabalho

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Envelhecimento Humano da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Envelhecimento Humano.

Orientador:

Profa. Dra. Cleide Fátima Moretto

Coorientador:

Prof. Dr. Adriano Pasqualotti

Passo Fundo
2015

CIP – Catalogação na Publicação

- A265a Algeri, Vanessa
Os aposentados economicamente ativos e a constituição de
vínculos entre indivíduo e trabalho / Vanessa Algeri. – 2015.
101 f.: il. ; 30 cm.
1. Dissertação (Mestrado em Envelhecimento Humano) –
Universidade de Passo Fundo, 2015.
 2. Orientadora: Prof^a. Dr^a.Cleide Fátima Moretto.
 3. Coorientador: Prof. Dr. Adriano Pasqualotti.
1. Envelhecimento. 2.Trabalho. 3. Aposentadoria. 4. Mão-de-
obra. 5. Trabalhadores. I. Moretto, Cleide Fátima, orientadora. II.
Pasuqalotti, Adriano, coorientador. III. Título.

CDU: 613.98
331.25

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO



PPGEH

Programa de Pós-Graduação em Envelhecimento Humano
Faculdade de Educação Física e Fisioterapia - FEEF

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação:

“Os aposentados economicamente ativos e a constituição de vínculos entre indivíduo e trabalho”

Elaborada por

VANESSA ALGERI

Como requisito parcial para a obtenção do grau de
“Mestre em Envelhecimento Humano”

Aprovada em: 10/04/2015
Pela Banca Examinadora

Profª. Drª. Cleide Fátima Moretto
Orientadora e Presidente da Banca Examinadora

Profª. Drª. Helenice de Moura Scortegagna
Universidade de Passo Fundo – UPF/PPGEH

Prof. Dr. Naair Antônio Pichler
Universidade de Passo Fundo – UPF/PPGEH

Prof. Dr. Adriano Pasqualotti
Coordenador – Universidade de Passo Fundo – UPF/PPGEH

Profª. Drª. Vânia Giseli Bessi
Universidade FEEVALE – FEEVALE

Prof. Dr. Helio Possamai
Universidade de Passo Fundo – UPF/FECH

AGRADECIMENTOS

Agradeço à CAPES pela bolsa de estudos concedida, a qual proporcionou a obtenção do título de Mestre em Envelhecimento Humano.

RESUMO

Algeri, Vanessa. Os aposentados economicamente ativos e a constituição de vínculos entre indivíduo e trabalho. 2015. 101 f. Dissertação (Mestrado em Envelhecimento Humano) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2015.

O trabalho, ao longo da história, fez parte da vida do indivíduo. O homem por meio do trabalho busca o seu sustento e o de sua família, além de reconhecimento, status e estabelecimento de laços afetivos. No passado, o indivíduo permanecia trabalhando até se aposentar, após retirava-se do mercado de trabalho. Atualmente, atrelada com o aumento da expectativa de vida, denota-se a permanência ou reinserção dos aposentados no mercado de trabalho. O presente objetiva investigar os vínculos entre aposentado economicamente ativo e trabalho. Como finalidade pretendeu-se com o estudo contribuir para a reflexão e elaboração de políticas públicas, direcionados aos trabalhadores que estão aposentados e precisam trabalhar. A população investigada reside no município de Estação-RS, e foi indicada por meio das Agentes Comunitárias de Saúde que fazem parte da Equipe de Saúde da Família do município. A amostra é constituída de 125 participantes, homens e mulheres, escolhidos por meio de amostragem aleatória simples, os quais foram submetidos à aplicação de um formulário. Para a análise dos dados utilizou-se testes de hipóteses, estimativas, medidas de associação univariada e multivariada, por meio do aplicativo IBM SPSS Estatistic 22. Os resultados foram compilados em duas produções científicas. A primeira é intitulada Relação de trabalho, anos de estudo e renda: evidências de aposentados economicamente ativos, que objetivou analisar as variáveis relação de trabalho, anos de estudo e renda dos aposentados economicamente ativos e trabalho. Como resultado foi identificado que os participantes do estudo, os aposentados economicamente ativos, estabelecem, hoje, relação de trabalho informal, dentro de diversos ramos de atividade; ainda, evidenciou que a variável anos de estudo está diretamente ligada ao trabalho formal e ao aumento da renda. A segunda produção tem como objetivo identificar os motivos para os aposentados permanecerem economicamente ativo e está em fase de finalização.

Palavras-chave: 1. Envelhecimento. 2. Trabalho. 3. Aposentadoria. 4. População economicamente ativa. 5. Trabalhadores.

ABSTRACT

Algeri, Vanessa. The economically active retirees and the establishment of links between individual and work. 2015. 101 f. Dissertação (Mestrado em Envelhecimento Humano) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2015.

The work, through history, was part of an individual's life. The man in his job search their livelihood and that of his family, as well as recognition, status and establishing emotional bonds. In the past, the individual stays working until retired, after withdrawing from the labor market. Currently, linked with increased life expectancy, denotes to stay or return retired in the labor market. The objective of this research between economically active and retired work. The purpose it was intended to the study contribute to the debate and public policy development, targeted to workers who are retired and need to work. These people live in Estação-RS, and the Health Community Agents who are part of the Health Team county family nominated it. The sample consists in 125 participants, men and women, chosen through simple random sampling, which they were submitted to a form. For this analysis, we used hypothesis test, estimates, unilabiate and multivariate association measures, through IBM SPSS STATISTICS 22 application. The results were compiled in two scientific publications. First, it is entitled in Overview work, years of education and income: economic evidence active retired, which aimed to analyze the investigated variables working relationship, years of study and income of the economically active retired and job. As a result it was identified that the study participant, the retired economically active, to set up, an informal job's relation, in different activities; it showed that the variable years in education is directly linked to formal employment and increasing income. Second, production aims to identify the reasons for retired remain economically active and is being finalized.

Key words: 1. Aging. 2. Work. 3. Retirement. 4. Economically active population. 5. Workers.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Anos de estudo e relação de trabalho dos aposentados pesquisados. 27

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Caraterísticas Sociodemográficas dos aposentados pesquisados (n = 125). .	24
Tabela 2 - Trajetória de trabalho dos aposentados pesquisados.....	25
Tabela 3 - Ramo de atividade do trabalho atual dos aposentados pesquisados.....	25
Tabela 4 - Correlação da relação de trabalho com anos de estudo e renda do trabalho atual.....	28

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACS - Agentes Comunitárias de Saúde

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OMS – Organização Mundial da Saúde

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PME – Pesquisa Mensal de Emprego

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

ESF – Estratégia de Saúde da Família

SPSS – Statistic Package for Social Science for Windows

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UPF – Universidade de Passo Fundo

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
2	PRODUÇÃO CIENTÍFICA I	15
	RELAÇÃO DE TRABALHO, ANOS DE ESTUDO E RENDA: EVIDÊNCIAS DE APOSENTADOS ECONOMICAMENTE ATIVOS	15
2.1	<i>Introdução</i>	15
2.2	<i>Metodologia</i>	21
2.3	<i>Resultados</i>	23
2.4	<i>Discussão</i>	28
2.5	<i>Conclusão</i>	31
2.6	<i>Referências</i>	31
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
4	REFERÊNCIAS	38
	ANEXOS	44
Anexo A.	<i>Parecer Comitê de Ética</i>	45
	APÊNDICES	50
Apêndice A.	<i>Termo de Consentimento Livre e Esclarecido</i>	51
Apêndice B.	<i>Projeto de pesquisa</i>	54

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A atividade laboral é considerada central na vida dos indivíduos, de acordo com a lógica capitalista dominante nos processos de organização do trabalho. O sujeito passa a ser valorizado e reconhecido por meio do labor.

Há tempos, o homem jovem, com bom estado físico, era considerado o mais qualificado para o trabalho. Quando sua força física já não fosse suficiente, em decorrência da idade, este se retirava do mercado de trabalho, se aposentava, cedendo lugar para outra pessoa mais jovem e com mais vigor físico.

A alta natalidade vivenciada pelo Brasil até o século XX possibilitou a continuidade desta lógica de entrada e saída do trabalho, porém, atualmente, a realidade mostra outra configuração. Vivencia-se uma diminuição da natalidade e uma baixa mortalidade da população. Os jovens de hoje são incentivados, pelo Estado e pela família, a buscar uma qualificação de nível superior, retardando o ingresso ao mercado de trabalho. Além disso, o poder aquisitivo dos benefícios previdenciários continua diminuindo.

Hoje é possível perceber que muitos trabalhadores, mesmo aposentados, estão permanecendo ou retornando ao mercado de trabalho, nem sempre em condições de trabalho ideais. Observa-se, como fatores de influência da inserção dos aposentados no mercado de trabalho, além da expectativa de vida elevada, o baixo valor do benefício/aposentadoria, o papel do aposentado como provedor da família, a busca de aumento da renda, o reconhecimento social, a manutenção da identidade e a centralidade que o trabalho ocupa na vida do indivíduo, influenciado pelo paradigma capitalista vigente. A manutenção ou permanência do aposentado no mercado de trabalho está relacionada com a representação que possui sobre o trabalho.

Nesta perspectiva, o objetivo geral do estudo é investigar os vínculos entre aposentado economicamente ativo e trabalho, tendo como objetivos específicos:

levantar as condições sociodemográficas dos aposentados economicamente ativos;

verificar o tipo e relação de trabalho que os aposentados economicamente ativos desenvolveram ao longo de sua carreira profissional;

identificar os motivos para os aposentados permanecerem economicamente ativos.

Como hipóteses de estudo se têm:

Hipótese 1: A maioria dos aposentados economicamente ativos pesquisados estabelece, atualmente, relação de trabalho informal;

Hipótese 2: A maioria dos aposentados economicamente ativos pesquisados não considera o motivo aumentar a renda (pessoal ou familiar), como o maior influenciador de seu retorno ao mercado de trabalho.

Tendo em vista o terceiro objetivo específico e a hipótese 2, o artigo: *O retorno e/ou permanência do aposentado no mercado de trabalho atual* foi elaborado, publicado e apresentado no XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em São Pedro/SP – Brasil, de 24 a 28 de novembro de 2014. Tal produção enfatiza os aspectos conceituais associados aos motivos ou à permanência do aposentado no mercado de trabalho. A etapa aplicada, a partir dos dados coletados, todavia, está em fase de análise para publicação futura, e tem o intuito de responder ao objetivo e hipótese mencionados.

De outra parte, para atender os dois primeiros objetivos específicos, e responder a hipótese 1, foi construída a Produção Científica I: *Relação de trabalho, anos de estudo e renda*: evidências de aposentados economicamente ativos, tal qual pode ser examinada na sequência.

PRODUÇÃO CIENTÍFICA I

RELAÇÃO DE TRABALHO, ANOS DE ESTUDO E RENDA: EVIDÊNCIAS DE APOSENTADOS ECONOMICAMENTE ATIVOS

Resumo: É crescente o número de trabalhadores que continua a trabalhar mesmo depois da aposentadoria. O setor informal costuma absorver este contingente de trabalhadores, seja pela continuidade de vínculos anteriores ou pela flexibilidade oferecida. A escolarização influencia não apenas a relação de trabalho mas também o nível de renda. O estudo objetiva analisar as possíveis relações evidenciadas entre as variáveis relação de trabalho, anos de estudo e renda dos aposentados economicamente ativos e trabalho. A população investigada reside em um pequeno município localizado da região Norte do estado do Rio Grande Sul e foi indicada por meio das Agentes Comunitárias de Saúde que fazem parte da Equipe de Saúde da Família do município. A amostra foi constituída de 125 participantes, homens e mulheres, escolhidos por meio de amostragem aleatória simples, com a técnica de números aleatórios, que foram submetidos à aplicação de um formulário. Para a análise dos dados utilizou-se testes de hipóteses, estimativas, medidas de associação univariada e multivariada, por meio do aplicativo IBM SPSS Statistic 22. Como resultado foi identificado que os participantes do estudo, os aposentados economicamente ativos, estabelecem, hoje, relação de trabalho informal, dentro de diversos ramos de atividade. A variável anos de estudo demonstrou-se positivamente relacionada ao trabalho formal e à renda.

Palavras-chave: 1. Trabalho. 2. Aposentadoria. 3. População economicamente ativa. 4. Renda. 5. Escolaridade.

Introdução

O que você faz? Onde você trabalha? São perguntas normais e rotineiras nas relações interpessoais que demonstram o papel ocupado pelo trabalho na vida das pessoas. No paradigma capitalista vivenciado atualmente, a valorização do trabalho ganha força, fazendo com que o indivíduo construa a sua identidade e se inclua na sociedade por meio do labor.

O trabalho como ponto de partida para a constituição do ser social converteu-se em um momento de mediação sócio-metabólica entre a humanidade e a natureza, sem

ele a vida cotidiana não poderia se reproduzir (ANTUNES, 2008). Pontua-se que o trabalho contratado e regulamentado, padrão dominante ao longo do século XX, relativamente mais formalizado, vem sendo substituído pelo trabalho mais diversificado e por meio de diferentes modos de informalidade e precarização (ANTUNES, 2011). A reestruturação produtiva trouxe consequências significativas para o mundo do trabalho, tanto na materialidade como na subjetividade da classe trabalhadora, ocasionando grandes transformações conjunturais e estruturais (REIS, 2005), dentre elas a negação dos direitos sociais, a transformação da seguridade social em simples seguro e a substituição de políticas universais por focais (PEREIRA, 2012), a redução do trabalho com carteira assinada, o aumento do trabalho sem carteira assinada e do trabalho temporário e terceirizado (GOMES, 2011; MARTINS; MOLINARO, 2013).

Tal tendência acarretou o crescimento do trabalho informal, em seu sentido mais amplo, que envolve desde as atividades desenvolvidas pelos microempreendedores individuais, os trabalhadores por conta própria, até os trabalhadores sem vínculo empregatício, com atividades realizadas em situações precárias, colocando o indivíduo em situação de vulnerabilidade, sobretudo pela ausência de proteção social.

Neste novo cenário, cabe atentarmos para os diferentes vínculos que se consolidam no mundo do trabalho: a relação de trabalho e a relação de emprego, no sentido de que nem todo o trabalho sustenta-se em uma relação de emprego¹. Isso porque, no âmbito da reestruturação produtiva, os postos de trabalho nas organizações

¹ Nas palavras de Delgado, “[...] Relação de trabalho: refere-se a todas as relações jurídicas por terem uma prestação essencial centrada em uma obrigação de fazer consubstanciada em labor humano, refere-se ois, a toda modalidade de contratação de trabalho humano modernamente admissível. A expressão relação de trabalho englobaria, esse modo, a relação de emprego, a relação de trabalho autônomo, relação de trabalho eventual, de trabalho avulso e outras modalidades de pactuação de prestação de labor [...] Relação de emprego, do ponto de vista técnico- jurídico, é apenas uma das modalidades específicas de relação de trabalho juridicamente configuradas” (2011, p. 275-276, grifos no original).

estão cada vez mais escassos, sendo substituídos por outras formas de trabalho, como o caso da terceirização. Portanto, diminui o emprego, mas não na mesma medida o trabalho, mesmo considerando o desemprego originado pelas inovações tecnológicas.

Cacciamali (2000) e Antunes (2011) são autores que discutem sobre o trabalho informal. A primeira autora caracteriza o setor informal, enfatizando a sua complexidade, na medida em que inclui aquelas organizações econômicas, no âmbito da produção, que não apresentam as condições ideais de concorrência ou de proteção social, caso dos microempreendedores, dos trabalhadores por conta própria ou autoempregados que vão para além da própria ilegalidade, mas não a excluindo, como é o caso das atividades ilegais ou dos trabalhadores sem registro. Antunes (2011), por sua vez, apresenta o conceito de trabalhadores informais tradicionais, coexistindo os menos instáveis (desenvolvem atividades no setor de prestação de serviços) e os mais instáveis (recrutados temporariamente), além dos trabalhadores informais assalariados sem registro e os informais por conta própria.

Além do termo setor, a Organização Internacional do Trabalho atribuiu o termo “economia informal” pois, as empresas e os trabalhadores não advêm somente de um setor de atividade econômica, mas de vários; abrange todas as atividades e unidades econômicas as quais a legislação não abarca; significa que o trabalho se opera a margem da lei, ou seja, a legislação não lhes é aplicada, embora operem no âmbito da lei (OIT, 2005).

Como argumentam Krein e Proni (2010), do ponto de vista metodológico, tal conceito mais abrangente contempla tanto o critério de “unidade produtiva” como o de “ocupação”. Segundo eles a economia informal passou a incluir as seguintes categorias:

trabalhadores independentes típicos²;

“falsos” autônomos³;

trabalhadores dependentes “flexíveis” e/ou “atípicos”⁴;

microempregadores;

produtores para o autoconsumo; e

trabalhadores voluntários do “terceiro setor” e da economia solidária.

Além das novas relações de trabalho, a classe trabalhadora e economicamente ativa também sofreu transformações. Pode-se dizer que, até o século XX, os trabalhadores eram predominantemente jovens e adultos, que trabalhavam até aposentar-se, após, retiravam-se do mercado de trabalho e da população economicamente ativa, vivendo à margem do mercado de trabalho, sendo considerados inativos e incapazes de trabalhar. Atualmente, com a maior expectativa de vida, que é de 74 anos e 29 dias para o brasileiro (IBGE, 2011), as pessoas aposentadas continuam trabalhando, ou seja, ainda fazem parte da população economicamente ativa.

A queda da fecundidade e a elevação da esperança de vida motivou o processo de envelhecimento da população (FURTADO, 2005). O Brasil, que por muito tempo foi considerado jovem, já está sofrendo o processo acelerado de envelhecimento, no qual o avanço da medicina e da tecnologia pode ter influenciado (ALTMAN, 2011). De acordo

² Microempresa familiar, trabalhador em cooperativa, trabalhador autônomo em domicílio.

³ Trabalhador terceirizado subcontratado, trabalho em domicílio, trabalhador em falsa cooperativa, falsos Voluntários do terceiro setor.

⁴ Assalariados de microempresas, trabalhador em tempo parcial, emprego temporário ou por tempo determinado, trabalhador doméstico, “teletrabalhadores.”

com a classificação da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), o Brasil está em envelhecimento moderado avançado, ou seja, 8 a 10% da população do país é idosa (CAMARANO; PASINATO, 2007).

O aumento da expectativa de vida, que se faz sentir numa população mais envelhecida, tem seus consequentes reflexos na dinâmica produtiva e, principalmente, no mercado de trabalho. A racionalidade econômica, no âmbito da competitividade imposta pelo modelo capitalista, tem tornado os processos de trabalho cada vez mais enxutos e, ao mesmo tempo, mais exigentes em relação à demanda por mão de obra. Para evitar uma pressão ainda maior sobre o mercado de trabalho, políticas públicas priorizam formas de adiar o ingresso dos jovens (LEME; MÁLAGA, 2001) e antecipar a aposentadoria dos mais velhos. Todavia, o baixo nível de renda das famílias segue a direção oposta: os jovens necessitam trabalhar e estudar e os trabalhadores que atendem as condicionalidades previdenciárias não conseguem manter o seu padrão de vida com os benefícios recebidos, como resultado, observa-se o número crescente de famílias chefiadas por idosos (KHOURY et al., 2010; CINTRA; RIBEIRO; ANDRADE; 2010; BULLA; KAEFER, 2003; SANTOS, 1990; BITTENCOURT et al., 2011; COUTRIM, 2006; WAJNMAN; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2004; CARRERA-FERNANDEZ; MENEZES, 2001; QUEIROZ; RAMALHO, 2009).

De outra parte, na perspectiva do envelhecimento ativo (OMS, 2005), quanto mais tempo os indivíduos se mantiverem funcionais no mercado de trabalho melhor, pois serão mantidas a sua vitalidade e a sua socialização. Assume-se, nestes termos, implicitamente, que o desempenho de suas atividades garante as condições ideais para uma vida saudável. Dados preliminares indicam uma tendência de aumento no número de aposentados que continuam ativos no mercado de trabalho. Os motivos para essa continuidade vão desde a necessidade de manter vínculos até o imperativo da sobrevivência, própria ou até mesmo dos familiares (WAJNMAN et al., 2004; COUTRIM, 2006; BITTENCOURT, 2011). Os trabalhadores optam por ocupações mais flexíveis e de melhor qualidade ou por atividades precárias, com maior exposição física e mental, por espaços de trabalho formal ou por relações informais de trabalho (FEIJÓ

et al., 2009; COCKELL; PERTICARRARI, 2011). Frente a estas escolhas, o fator escolaridade está diretamente relacionado, influencia na permanência no mercado de trabalho e no aumento da renda (CARRERA- FERNANDEZ; MENEZES, 2001; LEME, MALÁGA, 2001; GOULART JUNIOR et al., 2009).

Denota-se que a aposentadoria, hoje, não é representada apenas como uma forma de desengajamento social (CINTRA; RIBEIRO; ANDRADE, 2010), ou seja, aposentar-se não é mais sinônimo de saída do mercado de trabalho. Segundo o IBGE (2010), existem 6.256.441 pessoas aposentados ou pensionistas, em condição de economicamente ativas no Brasil, representando 6,7% do total de pessoas economicamente ativas do país. A pesquisa mensal de emprego (IBGE. PME, 2014), nas seis regiões metropolitanas do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife, Salvador e Belo Horizonte) indica que 15,2% da população economicamente ativa ocupada possuía 50 anos ou mais em março de 2002 e 24,6% em março de 2014, demonstrando uma expansão superior a dez pontos percentuais. Na região metropolitana do Rio de Janeiro a proporção é ainda maior. Outro dado que evidencia o aumento na atividade dos trabalhadores com mais idade é o número de trabalhadores com mais de 60 anos que procurou emprego na semana de referência, dentre a população economicamente ativa ocupada com 10 anos ou mais: passou de 0,57 em 2001 para 0,99 para 2011 (IBGE. PNAD, 2014).

Em 1985, havia 1.588.343 trabalhadores com idade entre 50 e 64 anos e 107.162 com idade entre 65 ou mais, vinculados a empregos formais no país. Esse número passou, em 2012, para 6.717.156 e 434.101, o que corresponde a um aumento de 322,9% e 305,1%, respectivamente. Portanto, a tendência a um prolongamento na taxa de atividade dos trabalhadores mostrou-se ser superior ao próprio crescimento da população com mais de 50 anos, no período entre 1980 e 2010, que ficou próximo a 192,0%.

Os aposentados estão se inserindo em um mercado instável, no qual emprego e trabalho, formal e informal caminham lado a lado; onde o trabalho é considerado

condutor das relações econômicas e afetivas. Portanto, este estudo tem como objetivo analisar as possíveis relações evidenciadas entre as variáveis relação de trabalho, anos de estudo e renda dos aposentados economicamente ativos e trabalho. Tal estudo é relevante na medida em que busca contribuir com a reflexão e o planejamento de políticas públicas direcionadas às diferentes realidades de trabalhadores que já se aposentaram, mas que precisam continuar trabalhando.

Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo, em nível quantitativo, que têm como população, aposentados economicamente ativos de um pequeno município do estado do Rio Grande do Sul. A escolha do município justifica-se pelo fato de que os dados estatísticos apontam que o estado do Rio Grande do Sul é composto por 496 municípios, destes 330 (66,5%) possuem população inferior a 10.000 habitantes (IBGE 2011), caso do município estudado, que se localiza na mesorregião noroeste Rio-Grandense, com 6.011 habitantes. No estado do Rio Grande do Sul existem 594.692 pessoas aposentadas e economicamente ativas representando 10,2% do total de pessoas economicamente ativas do estado, já no município estudado, 10,3% da sua população economicamente ativa é aposentada ou pensionista (IBGE, 2010).

Para o mapeamento da população, o estudo contou com o auxílio das agentes comunitárias de saúde (ACS), que fazem parte do Estratégia de Saúde da Família (ESF), que atende 100% da população do município estudado. Foram adotados, como critérios de inclusão: aposentados pela Previdência Social ou Ipe, com histórico laboral e que estejam trabalhando atualmente, de maneira formal ou informal.

De acordo com as informações disponibilizadas pelas ACS, a população de estudo era de 180 aposentados economicamente ativos. De acordo com o cálculo amostral (1) e (2), ajustado com a população (N_{aj}) e com o erro 5%, obteve-se o tamanho mínimo da amostra:

$$N_{aj} = n n / n + n \quad (1)$$

$$N_{aj} = 180 \times 400 / 180 + 400 \quad (2)$$

$$N_{aj} = 125 \quad (3)$$

Onde:

N = população, representada pelos aposentados do INSS ativos no mercado de trabalho;

n = elementos da amostra com erro de 5%.

A pesquisa foi realizada com 125 aposentados economicamente ativos (3), do sexo masculino e feminino, no período entre outubro e dezembro de 2014. A escolha dos sujeitos foi por meio de amostragem aleatória simples, por meio da técnica de números aleatórios. Adotou-se como instrumento de pesquisa o formulário, que é definido por Gil (2010) como uma “técnica de coleta de dados em que o pesquisador formula questões previamente elaboradas e anota as respostas” (p. 102-103), constituído por questões fechadas, elaboradas a partir de categorias e variáveis previamente delimitadas. O formulário foi testado previamente por meio de estudo piloto, de forma a identificar e incluir possíveis ajustes nas questões ou atributos, ou na ordem de questionamento.

Os sujeitos foram escolhidos a partir da listagem oferecida pelas ACS e, a partir da tabela de números aleatórios. Tendo em mãos a lista dos elementos amostrais sorteados foi feito contato com os possíveis participantes, por meio de telefone ou pessoalmente, no local de sua residência ou trabalho. O aposentado foi convidado a participar da pesquisa, após o aceite foi feita a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e apanhada a sua assinatura, atendendo à resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em

pesquisa com seres humanos da Universidade de Passo Fundo (CEP/UPF) sob protocolo nº 767.370.

Para a análise dos dados foram utilizados o teste U de Mann-Witney, correlação de Person e o teste Z de Kolmogorov-Smirnov para verificar a distribuição de normalidade dos dados. A rejeição da hipótese H0 foi realizada para um nível de significância de $p \leq 0,05$. Foi utilizado o aplicativo estatístico IBM SPSS Estatistic 22.

A principal hipótese que norteia a pesquisa é que a maioria dos aposentados economicamente ativos pesquisados estabelece, atualmente, relação de trabalho informal.

Resultados

Inicialmente, como característica geral da amostra, com relação ao gênero, 79 (63,2%) deles são homens e 46 (36,8%) são mulheres. A grande maioria dos sujeitos, 108 (86,4%) vive com cônjuge e uma porcentagem significativa (97,6%) apresentou residência própria, seguido de 2,4% dos sujeitos que residem em domicílio alugado. A Tabela 1 descreve as características sociodemográficas dos aposentados pesquisados.

Características Sociodemográficas dos aposentados pesquisados (n = 125).

Variáveis	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Idade (anos)	60,7	7,768	48	83
Número de filhos	2,2	1,117	0	6
Estudo (anos)	7,5	4,177	1	22
Residentes no domicílio	2,7	0,935	1	5
Dependentes do aposentado	1,9	1,047	0	5

Dentre as variáveis relacionadas à aposentadoria evidenciou-se que a média do tempo de aposentadoria foi de 8,45 anos com DP 7,220, com sujeitos que não completaram um ano de aposentadoria (mínimo 0), e com o máximo de tempo de aposentadoria de 31 anos.

A aposentadoria por tempo de contribuição teve a maior frequência: 98 sujeitos (78,4%), seguida pela aposentadoria por idade rural, 15 (12 %), idade urbana, 6 (4,8%), especial, 4 (3,2%) e por invalidez, 2 (1,6%). O valor mensal recebido da aposentadoria, por 63,2% dos entrevistados é igual ou inferior a R\$ 1.000,00. Avaliando o histórico de trabalho dos entrevistados, vê-se que a primeira relação de trabalho foi predominantemente no setor primário, 77 (61,6 %). Outro dado relevante é que 42 (33,6%) sujeitos aposentaram-se no primeiro trabalho, e, destes, 29 (23,3%) tiveram somente este ao longo de sua vida.

A respeito da trajetória de trabalho construída pelos participantes, a média de trabalhos ao longo da vida foi de 2,8. Nesta trajetória observamos que alguns participantes não apresentaram mudanças com relação ao trabalho ao se aposentar e o atual, já, em outros, casos pode-se evidenciar alterações, conforme Tabela 2.

Trajetória de trabalho dos aposentados pesquisados

Trajetória	N	%
Não houve mudança	77	61,6
Mudou ramo	4	3,2
Mudou relação	8	6,4
Mudou ramo e relação	29	23,2
Outra	7	5,6
Total	125	100,00

Para identificar o último trabalho dos entrevistados foi realizada uma análise de frequência, das variáveis ramo e relação de trabalho, que está descrita na Tabela 3.

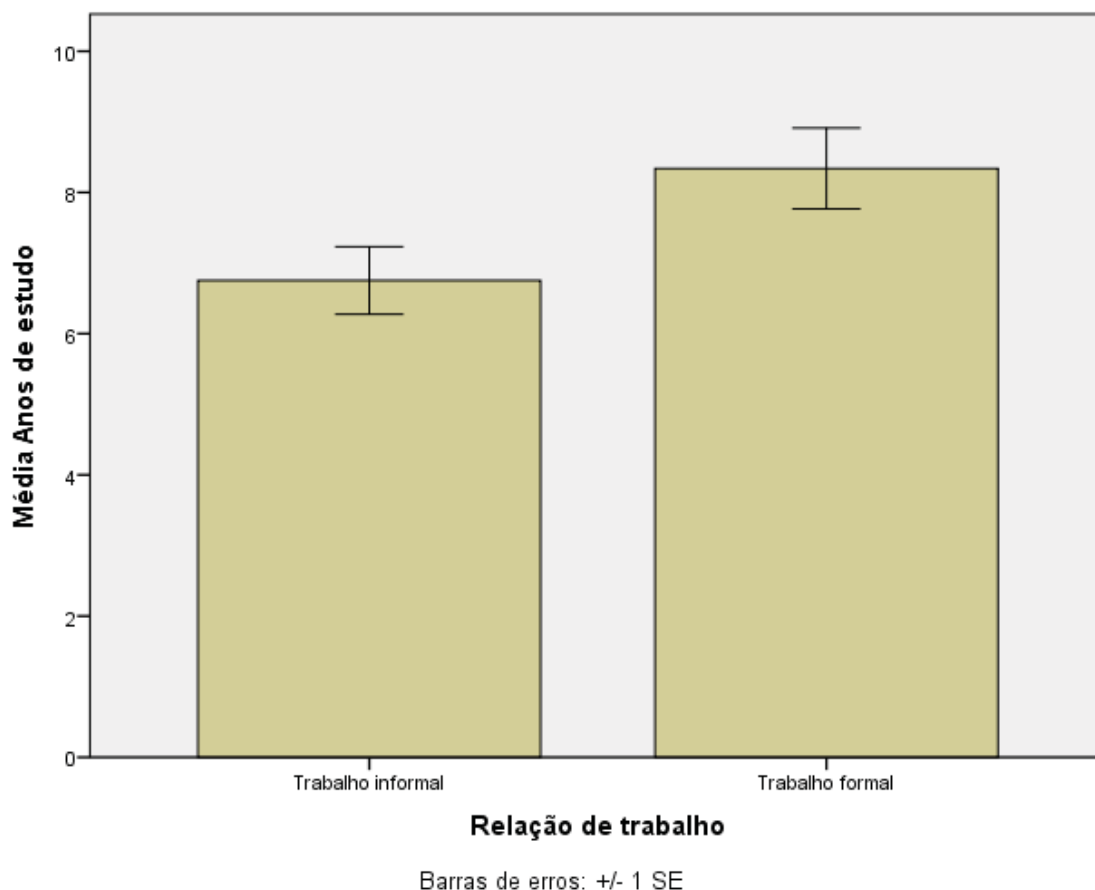
Ramo de atividade do trabalho atual dos aposentados pesquisados

Ramo de atividade	N	%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	21	16,8
Indústrias de transformação	24	19,2
Eletricidade e gás	1	0,8
Construção	9	7,2
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	13	10,4
Transporte, armazenagem e correio	10	8,0
Alojamento e alimentação	9	7,2
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	2	1,6
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1	0,8
Atividades administrativas e serviços complementares	2	1,6
Administração pública, defesa e seguridade social	1	0,8
Educação	3	2,4
Saúde Humana e serviços sociais	8	6,4
Outras atividades de serviços	18	14,4
Serviços domésticos	3	2,4
Total	125	100,00

Denota-se que a maior concentração dos trabalhadores aposentados está nos ramos de indústria de transformação (19,2%) e agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (16,8%). Além disso, atualmente, 69 (55,2%) dos entrevistados estão estabelecendo uma relação de trabalho informal e 56 (44,8%) relação de trabalho formal. A média de rendimento mensal bruto do trabalho atual foi de R\$ 2.269,04, com

mínimo de R\$ 400,00 e máximo de R\$ 20.000,00. A maioria, 102 sujeitos (81,2%) não possui outras rendas além da aposentadoria e do trabalho, os que possuem, 8 (6,45%) provém de arrendamentos, 4 (3,2%) de pensão, 2 (1,6%) de lucros e dividendos, 2 (1,6%) de aluguel e arrendamentos e 1 sujeito (0,8%) apresentou outra renda alternativa.

A jornada de trabalho em média é de 7,8 horas por dia, tendo como DP 2,732, e mínimo 1 e máximo 18 horas. A maioria dos sujeitos trabalha no turno diurno, 102 (81,6%), os demais, 5 (4,0%), trabalham no turno noturno e 18 (14,4%) em ambos (noturno e diurno). Nos dias úteis da semana (segunda a sexta-feira), 119 (95,3%) dos entrevistados sempre trabalham e 6 (4,8%) trabalham eventualmente. Aos sábados, 54 (43,3%) não trabalham, 44 (35,2%) sempre trabalham e 27 (21,6%) trabalham eventualmente. Já aos domingos, 83 (66,4%) não trabalham, 15 (12,0%) sempre trabalham e 27 (21,6%) trabalham eventualmente. Nos feriados, 95 (76,0%) nunca trabalham, 10 (8,0%) sempre trabalham e 20 (16,0%) trabalham eventualmente. Comparado a relação de trabalho formal e informal com jornada de trabalho não observamos diferenças significativas. Comparando a relação de trabalho e anos de estudos, resultados significativos foram encontrados. Estes podem ser visualizados por meio da Figura 1.



Anos de estudo e relação de trabalho dos aposentados pesquisados.

A coluna representa a média de anos de estudo e a linha a relação de trabalho. O teste Z de Kolmogorov-Smirnov rejeitou a normalidade e diante disso foi utilizado o teste não paramétrico U de Mann-Witney para a análise dos dados, tendo em vista o nível de significância empregado para definir diferenças significativas de $p \leq 0,05$.

Por meio da Figura 1, constatamos que a média dos anos de estudo para os trabalhadores informais foi de 6,7 com DP de 4,0 e para os trabalhadores formais a média foi de 8,3 e o DP de 4,2. Além disso, houve uma diferença significativa entre anos de estudo e relação de trabalho, quando maior os anos de estudo a tendência é o sujeito estabelecer uma relação de trabalho formal e quanto menor os anos de estudo a tendência é uma relação de trabalho informal.

A variável relação de trabalho foi correlacionada às variáveis anos de estudo e renda do trabalho atual, que podem ser evidenciadas na Tabela 4:

Correlação da relação de trabalho com anos de estudo e renda do trabalho atual.

Relação de trabalho			Anos de estudo	Renda
Trabalho informal	Anos de estudo	Correlação de Pearson	1,000	0,293*
		p	.	0,015
		n	69	69
	Renda	Correlação de Pearson	0,293*	1,000
		p	0,015	.
		n	69	69
Trabalho formal	Anos de estudo	Correlação de Pearson	1,000	0,305*
		p	.	0,022
		n	56	56
	Renda	Correlação de Pearson	0,305*	1,000
		p	0,022	.
		n	56	56

* Correlação de Pearson significativa ao nível de 0,05 (bicaudal).

Por meio da Tabela 4, na qual foi aplicado o teste não paramétrico, correlação de Pearson, pode-se evidenciar que tanto no trabalho formal como informal, a variável anos de estudo está diretamente relacionada à renda, ou seja, quanto maior os anos de estudo maior a renda. A respeito da variável renda e relação de trabalho formal e informal, não houve diferenças significativas, os trabalhadores entrevistados, tanto formais como informais, possuem um padrão de renda semelhante no trabalho atual.

Discussão

Os resultados apontaram correlação positiva com a hipótese da pesquisa, na qual os indivíduos ao se aposentarem tendem a se inserir em um trabalho informal, o que corrobora com estudos que mostram tal tendência (FURTADO, 2005; CINTRA; RIBEIRO; ANDRADE, 2010; CAMARANO; PASINATO, 2007; STANDING, 2013; COUTRIM, 2006).

Para Furtado (2005), o incentivo a continuar trabalhando refere-se principalmente ao trabalho formal, no qual existe a contribuição para o Estado, porém os atrativos do emprego formal são as possibilidades de acesso a benefícios da Previdência Social, ao seguro-desemprego e ao FGTS. O trabalhador aposentado já possui benefício da previdência e não pode receber seguro desemprego por ser cumulativo à aposentadoria. Desse modo, a escolha por um trabalho informal seria a mais adequada, devido ao não recolhimento das contribuições previdenciárias que reduziria os custos do empregador e poderia elevar o seu salário líquido (FURTADO, 2005).

As evidências vão ao encontro da constatação de que os idosos estão sendo atraídos pelo trabalho informal, de tempo parcial, temporário e autônomo, tornando-se uma fonte de trabalho barato, pago com salários baixos, recebendo poucos benefícios e sendo facilmente demitidos (STANDING, 2013). De outra parte, o setor informal pode se tornar uma opção para aposentados que necessitam complementar sua renda, já que o mercado formal procura substituir funcionários mais velhos pelos mais jovens, devido à maior capacidade de produção (CINTRA; RIBEIRO; ANDRADE, 2010; CAMARANO; PASINATO, 2007).

O sistema econômico atual valoriza a mão de obra mais jovem, dificultando a entrada dos mais velhos, sendo vistos como incapacitados, com reduzida força produtiva, sendo que, raramente leva-se em conta a experiência adquirida por estes (BULLA; KAEFER, 2003; CAMARANO; PASINATO, 2007). As empresas estão exigindo trabalhadores qualificados e que se adaptem facilmente às mudanças (BULLA; KAEFER, 2003).

Os déficits de trabalho digno são mais marcantes na economia informal, sendo esta caracterizada muitas vezes pela indefinição dos locais de trabalho, condições de trabalho que não garantem saúde nem segurança, fracos níveis de qualificação e de produtividade, longas horas de trabalho, rendimentos baixos e irregulares e falta de

acesso à informação, aos mercados, ao financiamento, à formação e à tecnologia, caracterizam-se por diversos graus de dependência e de vulnerabilidade (OIT, 2005).

É importante ressaltar que, mesmo diante de aspectos negativos da informalidade, esta toma importância na geração de ocupações na atualidade, é cada vez maior o número de pessoas que veem na economia informal a única saída de sobrevivência, assim deve ser encarado como um fenômeno estrutural (FEIJÓ; SILVA; SOUZA, 2009).

É importante ressaltar que a escolaridade pode ser considerada uma variável que influencia na permanência do aposentado no mercado de trabalho (GOULART JUNIOR et al., 2009; WAJNMAN, OLIVEIRA, OLIVEIRA; 2004). A qualificação profissional, que inclui a educação formal, capacidade de aprendizado constante, além de atitudes como iniciativa, autonomia e versatilidade, vem sendo associada a empregabilidade, isto é, capacidade de permanecer no mercado de trabalho (BALASSIANO, SEABRA, LEMOS, 2005)

O estudo de Salvato, Ferreira e Duarte (2010) que investigou o impacto da escolaridade sobre a distribuição de renda mostrou que quanto maior a escolaridade maior a renda, o que corrobora com o estudo de Balassiano, Seabra e Lemos (2005). Menezes Filho, Mendes e Almeida (2004) pontuam que o nível educacional dos indivíduos, é positivamente correlacionado com o nível salarial e com a formalização. O estudo de Cockell (2014) que analisou trabalhadores aposentados que trabalham na construção civil mostrou que os entrevistados tinham baixa escolaridade formal, e que apensar de qualificados profissionalmente conseguiram exercer atividades menos qualificadas, informais e mais precárias após a aposentadoria.

Os achados do presente estudo corroboram com a literatura, os entrevistados com maior escolaridade estavam inseridos em trabalhos formais. Além disso, anos de estudo e renda do trabalho atual mostraram correlação positiva, ou seja, quanto maior os anos de estudo, maior a renda dos entrevistados, independente do tipo de relação, formal ou

informal, estabelecida. Além do mais, renda e relação de trabalho não tiveram correlação positiva, ou seja, tanto formais quanto informal estão com valores de rendimento semelhantes.

Conclusão

O setor informal é o que está absorvendo mais os aposentados economicamente ativos. Embora estudos mostrem a incidência de precariedade de trabalho na informalidade, esta foi a oportunidade que muitos dos entrevistados encontraram. No presente estudo não se investigou as condições de trabalho, diante disso, não é possível inferir se os entrevistados que estão na informalidade possuem trabalhos precários ou não. A precariedade frente a literatura estaria ligada principalmente a falta de direitos sociais.

Além de a maioria dos aposentados estabelecerem, atualmente, relação de trabalho informal, denotou-se que os anos de estudo contribuíram para os aposentados inserirem-se em trabalhos formais, que via de regra ofereceriam maior proteção social. Este achado corroborou com diversos estudos e também traz a reflexão da importância do estudo para a obtenção de trabalhos com direitos sociais e trabalhistas. Percebeu-se, ainda, que a renda não demonstrou diferenças significativas entre formal e informal, mas que quanto maior o número de anos de estudo maior a renda, independente da relação de trabalho estabelecida. Assim, a escolarização mais elevada garantiria maiores chances de empregabilidade neste mercado instável e competitivo.

O estudo aponta para a necessidade de políticas diferenciadas para atender essa parcela da população que depois de tanto tempo trabalhando ainda não conseguiu desfrutar de seu merecido descanso.

Referências

ALTMAN, Mirian. O envelhecimento a luz da psicanálise. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, v.44, n. 80, p.193-206, 2011.

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.107, p. 405-419, jul./set., 2011.

_____. Século XXI: a nova era da precarização estrutural do trabalho? In DAL ROSSO, Sadi. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008, 2006 p.

BALASSIANO, Moisés; SEABRA, Alexandre Alves; LEMOS, Ana Heloisa. Escolaridade, salários e empregabilidade: tem razão a teoria do capital humano? *Revista de administração contemporânea*. v. 9, n.4, p. 31-52, 2005.

BITENCOURT, Betina Magalhães et al. Para além do tempo de emprego: o sentido do trabalho no processo de aposentadoria. *Revista de Ciências da Administração, Florianópolis*, v.13, n.31, p. 30-57, 2011.

BULLA, Leonia Capaverde; KAEFER, Carin Otilia. Trabalho e aposentadoria: as repercussões sociais na vida do idoso aposentado. *Revista Virtual Textos & Contextos*, Porto Alegre, n.2, 2003.

CACCIAMALI, Maria. Cristina. Globalização e processo de informalidade. *Economia e Sociedade*, São Paulo, v. 2000, n. julho, p. 153-175, 2000.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. Envelhecimento, pobreza e proteção social na América Latina. *Texto para discussão nº 1292*. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2007.

CARRERA-FERNANDEZ, José; MENEZES, Wilson. O idoso no mercado de trabalho: uma análise a partir da região metropolitana de Salvador. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v.32, n.1, p. 52-67, 2001.

CINTRA, Thais Silva; RIBEIRO, Daniela de Figueiredo; ANDRADE, Antonio dos Santos. O cotidiano de aposentados que continuam trabalhando de maneira informal na indústria calçadista: percepções sobre a aposentadoria e o trabalho atual. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v.13, n.2, p. 277-287, 2010.

COCKELL, Fernanda Flávia; PERTICARRARI, Daniel. Retratos da informalidade: a fragilidade dos sistemas de proteção social em momentos de infortúnio. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.16, n.3. p. 1709-1718, 2011.

COCKELL, Fernanda Flávia. Idosos aposentados no mercado de trabalho informal: trajetórias ocupacionais na construção civil. *Psicologia & Sociedade*, v.26, n.2, p.461-471, 2014.

COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação. Idosos trabalhadores: perdas e ganhos nas relações intergeracionais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 2, p. 367-390, 2006.

DELGADO, Mauricio Godinho. *Curso de direito do trabalho*. São Paulo: LTr, 10.ed, 2011, 1403p.

FEIJÓ, Carmem Aparecida; SILVA, Denise Britz do nascimento; SOUZA, Augusto Carvalho. Quão heterogêneo é o setor informal brasileiro? Uma proposta de classificação de atividades baseada na Ecinf. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v.13, n.2 p. 329-354, 2009.

FURTADO, Adolfo. *A participação do idoso no mercado de trabalho brasileiro*. Brasília-DF: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados/ Consultoria legislativa, 2005.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, p. 184, 2010.

GOMES, Maria Terezinha Serafim. O Debate sobre a reestruturação produtiva no Brasil. *Ra'e ga*, Curitiba, Departamento de Geografia, UFPR, v.21, p. 51-77, 2011.

GOULART JUNIOR, Edward, et.al. Considerações sobre a Terceira idade e o Mercado de trabalho: questionamentos e possibilidades. *Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano*, Passo Fundo, v.6, n.3, p. 429-437, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo 2010*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Estimativa populacional*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Pesquisa Mensal de Emprego – PME*. Rio de Janeiro, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD*. Rio de Janeiro, 2014.

KHOURY, Hilma Tereza Tôrres et al. Por que aposentados retornam ao trabalho? O papel dos fatores psicossociais. *Revista Kairós Gerontologia*, São Paulo, v.13, n.1, p.147-165, 2010.

KREIN, José Dari; PRONI, Marcelo Wesihaupt. *Economia Informal: aspectos Conceitos e teóricos*. Série Trabalho Decente no Brasil. Documento de Trabalho. Escritório da OIT no Brasil, 2010.

LEME, Maria Carolina da Silva; MÁLAGA, Tomás. Entrada e saída precoce da força de trabalho: incentivos do regime de previdência brasileiro. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v.55, n.2, p. 205-222, 2001.

MENEZES FILHO, Naércio Aquino; MENDES, Marcos; ALMEIDA, Eduardo Simões. O diferencial de salários formal-informal no Brasil: segmentação ou viés de seleção? *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v 58, n. 2, p. 235-248, 2004.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. *A OIT e a economia informal*. Lisboa: Escritório da OIT, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE - OMS. *Envelhecimento ativo: uma política de saúde* /tradução Suzana Gontijo. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n.112, p. 729-753, 2012.

QUEIROZ, Vívian dos Santos; RAMALHO, Hilton Martins de Brito. A escolha ocupacional dos idosos no mercado de trabalho: evidências para o Brasil. *Economia, Select*, Brasília, v.10, n.4, p. 817- 848, 2009.

REIS, Carlos Nelson. Exclusão social e atividade produtiva: a dinâmica socioeconômica dos Coredes do Estado do Rio Grande do Sul. *Análise*, Porto Alegre, v. 16, n.1, p. 45-65, 2005.

SALVATO, Marcio Antonio; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gomes; DUARTE, Angelo José Mont' Alverne. O impacto da escolaridade sobre a distribuição de renda. *Estudos Econômicos*, v. 40, n, 4, p.753-791 , 2010.

SANTOS, Maria De Fátima de Souza. *Identidade e aposentadoria*. São Paulo: EPU, 1990.

STANDING, Guy. *O precariado: a nova classe perigosa*. Tradução Cristina Antunes, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

WAJNMAN, Simone; OLIVEIRA, Ana, Maria, H. C; OLIVEIRA, Elzira, Lúcia. Os idosos no mercado de trabalho: tendências e consequências. In: CAMARANO, Ana, Amélia (Org). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro: Ipea, p. 453-479, 2004.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar os aposentados que continuam trabalhando é ter um olhar diferenciado para esta população. Ressalta-se que muitos participantes da pesquisa se emocionaram ao participar. No decorrer das perguntas do formulário, percebeu-se que muitos fizeram um resgate histórico de suas vidas, encontrando nelas, alegrias, tristezas e dificuldades. Também observou-se aqueles que agradeceram a pesquisa, a considerando muito importante. Denota-se assim, o quanto esta população precisa ser ouvida e entendida.

Esta dissertação apresentou uma produção científica, na qual analisou as variáveis, relação de trabalho, renda e escolaridade. As demais variáveis pesquisadas serão analisadas em outras publicações, pois, devido a grandeza e riqueza dos resultados merecem uma análise e olhar aprofundados, como as variáveis sobre os motivos dos aposentados continuarem trabalhando.

O sentido da vida e o sentido do trabalho explorado por Frankl (2003) vão ao encontro da análise das motivações para os aposentados continuarem trabalhando. Para Frankl muitas pessoas consideram que o trabalho é o sentido da vida, assim quando não mais o tiver, sentem um vazio existencial, não conseguindo se reconhecer. Assim, como, identificam-se aquelas que por meio do trabalho encontram um sentido para a vida, que vai além das tarefas rotineiras do trabalho. Desta forma, quando não mais trabalharem poderão substituir a atividade por outra que lhes tragam recompensas semelhantes, como um trabalho voluntário ou até mesmo o cuidado com a família.

No artigo publicado na ABEP foi pesquisada a literatura com relação aos motivos do aposentado continuar trabalhando, dentre eles tem-se: o baixo valor da aposentadoria, necessidade de sentir-se produtivo, a obrigação moral do trabalho, a centralidade do trabalho, supervalorização dos papéis profissionais, além do

entendimento de Frankl (2003). Denota-se a complexidade e os vários vieses de entendimento das motivações.

Além das variáveis sobre os motivos de continuar trabalhando foram encontrados resultados interessantes frente a outras variáveis, tais como: a maioria dos entrevistados não era idoso, uma parcela se aposentou no primeiro trabalho, e grande parte desta somente teve um único trabalho em sua vida, dentre outras, que serão exploradas em futuras publicações.

Acredita-se que um dos dados mais significativos é que os aposentados precisam ser olhados e compreendidos pela população e pelo poder público, com políticas públicas que vão ao encontro das necessidades desta parcela da população que continua em ascensão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Naomar; BARRETO, Mauricio. Lima; ROUQUAYROL, M. Z. Introdução ao método epidemiológico. In: ALMEIDA FILHO, Naomar; BARRETO, Mauricio, Lima (Org.). *Epidemiologia e Saúde: Fundamentos, métodos, aplicações*. Rio de Janeiro, Guanabarra Koogan, 2011. p. 77-84.

ALTMAN, Mirian. O envelhecimento a luz da psicanálise. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, v.44, n. 80, p.193-206, 2011.

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.107, p. 405-419, julho/setembro, 2011.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

BITENCOURT, Betina Magalhães et al. Para além do tempo de emprego: o sentido do trabalho no processo de aposentadoria. *Revista de Ciências da Administração*, Florianópolis, v.13, n.31, p. 30-57, 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS. 2013. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br>>. Acesso em: 15 de junho de 2013.

BRASIL. Ministério da Previdência Social – MPS. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.mps.gov.br/>. Acesso em: 15 set. 2013.

BULLA, Leonia Capaverde; KAEFER, Carin Otilia. Trabalho e aposentadoria: as repercussões sociais na vida do idoso aposentado. *Revista Virtual Textos & Contextos*, Porto Alegre, n.2, 2003.

CACCIAMALI, Maria. Cristina. (Pré-) Conceitos sobre o setor informal, reflexões parciais, embora instigantes. *Econômica*, Niterói, v. 9, p. 145-168, 2007.

CACCIAMALI, Maria. Cristina. Globalização e processo de informalidade. *Economia e Sociedade*, São Paulo, v. 2000, n. julho, p. 153-175, 2000.

CAMARANO, Ana Amélia; MELLO, Juliana Leitão; KANSO, Solange. Juventude e envelhecimento na Conferência do Cairo: 15 anos depois no Brasil. In: ABEP. UNFPA. *Brasil 15 anos após a Conferência do Cairo*. Campinas, ABEP, UNFPA 2009. p. 233-302.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. Envelhecimento, pobreza e proteção social na América Latina. *Texto para discussão nº 1292*. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2007.

CARRERA-FERNANDEZ, José; MENEZES, Wilson. O idoso no mercado de trabalho: uma análise a partir da região metropolitana de Salvador. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v.32, n.1, p. 52-67, 2001.

CAVALCANTI, M. B. Idosos. In: RANGÉ (org). *Psicoterapia comportamental e cognitiva - pesquisa, prática, aplicações e problemas*. São Paulo: Editora Psy, 1995.

CINTRA, Thais Silva; RIBEIRO, Daniela de Figueiredo; ANDRADE, Antonio dos Santos. O cotidiano de aposentados que continuam trabalhando de maneira informal na indústria calçadista: percepções sobre a aposentadoria e o trabalho atual. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v.13, n.2, p. 277-287, 2010.

COCKELL, Fernanda Flávia; PERTICARRARI, Daniel. Retratos da informalidade: a fragilidade dos sistemas de proteção social em momentos de infortúnio. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.16, n.3. pp. 1709-1718, 2011.

COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação. Idosos trabalhadores: perdas e ganhos nas relações intergeracionais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v21, n.2, p. 367-390, 2006.

CUPERTINO, Ana Paula Fabrino Bretas; ROSA, Heringer Moreira; RIBEIRO, Pricila Cristina Correa. Definição de envelhecimento saudável na perspectiva de indivíduos idosos. *Revista Psicologia: reflexão e crítica*, Porto Alegre, v.20, n.1, p. 81-86, 2007.

DAL ROSSO, Sadi. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira, 5 ed. Ampliada, São Paulo: Cortez, 1992.

DELGADO, Mauricio Godinho. *Curso de direito do trabalho*. São Paulo: LTr, 10.ed, 2011, 1403p.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. *Metodologia e técnica de pesquisa em ciências sociais aplicadas: uma proposta de estudo*. Passo Fundo: Clio, 2002.

FEIJÓ, Carmem Aparecida; SILVA, Denise Britz do nascimento; SOUZA, Augusto Carvalho. Quão heterogêneo é o setor informal brasileiro? Uma proposta de classificação de atividades baseada na Ecinf. *Revista de Economia contemporânea*, Rio de Janeiro, v.13, n.2 p. 329-354, 2009.

FRANÇA, Lucia. H. Preparação para a aposentadoria: desafios a enfrentar. In: VERAS, Renato (org). *Terceira idade: alternativas para uma sociedade em transição*. São Paulo: Relume Dumará, 1999.

FRANKL, Viktor. *Psicoterapia e sentido da vida: fundamentos da Logoterapia e análise existencial*. 4 ed. São Paulo: Quadrante, 2003.

FURTADO, Adolfo. *A participação do idoso no mercado de trabalho brasileiro*. Brasília-DF: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados/ Consultoria legislativa, 2005.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, p. 184, 2010.

GILES, John; DEWEN, Wang; WEI, Cai. The labor supply and retirement behavior of China's older workers and Elderly in comparative perspective. *The World Bank Development and Public Services Team*, 2011.

GOMES, Maria Terezinha Serafim. O Debate sobre a reestruturação produtiva no Brasil. *Ra'e ga*, Curitiba, Departamento de Geografia, UFPR, v.21, p. 51-77,2011.

GOULART JUNIOR, Edward, et.al. Considerações sobre a Terceira idade e o Mercado de trabalho: questionamentos e possibilidades. *Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano*, Passo Fundo, v.6, n.3, p. 429-437, 2009.

HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. Tradução de Waltensir Dutra. 16. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo 2010*. Rio de Janeiro; 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Estimativa populacional. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

KARL, Marx. *O capital*. 3. ed. Bauru: SP: EDIPRO, 2008.

KHOURY, Hilma Tereza Tôres *et al.* Por que aposentados retornam ao trabalho? O papel dos fatores psicossociais, *Revista Kairós Gerontologia*, São Paulo, v.13, n.1, p.147-165, 2010.

KNOLL, Melissa, A, Z. Behavioral and Psychological aspects of the retirement decision. *Social Security Bulletin*, Vol. 71, No. 4, 2011.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre*. Campinas: Papyrus, 1988.

LEME, Maria Carolina da Silva; MÁLAGA, Tomás. Entrada e saída precoce da força de trabalho: incentivos do regime de previdência brasileiro. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v.55, n.2, p. 205-222, 2001.

MARQUES, Ana Paula Pereira. Reestruturação produtiva e recomposição do trabalho e emprego. Um périplo pelas “novas” formas de desigualdade social. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 6, p.1545-1554, 2013.

MARRA, Adriana Ventola et al. Imaginário, subjetividade e aposentadoria feminina. *BBR*, Vitória, v.8, n.2, p. 119-137, 2011.

MARTINS, Maria Inês Carsalade; MOLINARO, Alex. Reestruturação produtiva e seu impacto nas relações de trabalho nos serviços públicos de saúde no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.18, n.6, p. 1667-1676, 2013.

MENDES, René; CAMPOS, Ana Cristina Castro. Saúde e segurança no trabalho informal: desafios e oportunidades para a indústria brasileira. *Revista Brasileira Medicina do Trabalho*, Belo Horizonte, v. 2, n.3, p.209-223, 2004.

OLIVEIRA, Ednéia Alves. A política de emprego no Brasil: O caminho da flexinsegurança. *Serv. Soc. Soc.* São Paulo, n.111 p. 493-508, 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. A OIT e a economia informal. Lisboa: Escritório da OIT, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE - OMS. *Envelhecimento ativo: uma política de saúde* /tradução Suzana Gontijo. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n.112, p. 729-753, 2012.

QUEIROZ, Vívian dos Santos; RAMALHO, Hilton Martins de Brito. A escolha ocupacional dos idosos no mercado de trabalho: evidências para o Brasil. *Economia, Select*, Brasília, v.10, n.4, p. 817- 848, 2009.

REIS, Carlos Nelson. Exclusão social e atividade produtiva: a dinâmica socioeconômica dos Coredes do Estado do Rio Grande do Sul. *Análise*, Porto Alegre, v. 16, n.1, p. 45-65, 2005.

SANTOS, Maria De Fátima de Souza. *Identidade e aposentadoria*. São Paulo: EPU, 1990.

SCHNEIDER, Rodolfo, H.; IRIGARAY, Tatiana Q. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 25, n. 4, p. 585-593, out./dez. 2008.

SOUZA, Rosangela Ferreira de; MATIAS, Hernani Aparecido; BRETAS, Ana Cristina Passarella. Reflexões sobre envelhecimento e trabalho. *Ciência & Saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 6, p. 2835- 2843, set. 2010.

STANDING, Guy. *O precariado: a nova classe perigosa*. Tradução Cristina Antunes, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

THEODORO, Mário. As características do mercado de trabalho e as origens do trabalho informal no Brasil. In: LACCOUD, Luciana (Org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA, p. 91-26, 2005.

VERA, Pedro Sánchez. Bases y fundamentos para una aproximación sociológica a la vejez. *Papers*, v.40, p. 99-120, 1992.

WAJNMAN, Simone; OLIVEIRA, Ana, Maria, H. C; OLIVEIRA, Elzira, Lúcia. Os idosos no mercado de trabalho: tendências e consequências. In: CAMARANO, Ana, Amélia (Org). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro: Ipea, p. 453-479, 2004.

ZANELLI, José Carlos; SILVA, Narbal. *Programa de preparação para aposentadoria*. Florianópolis: Insular, 1996.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto; SILVA, Marina da Cruz. O princípio da dermercantilização nas políticas sociais. *Cadernos CRH*, Salvador, v.22, n.56, p. 345-358, 2009.

ANEXOS

Parecer Comitê de Ética

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A constituição de vínculos entre indivíduo e trabalho: O caso dos aposentados economicamente ativos

Pesquisador: Vanessa Algeri

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 34965414.7.0000.5342

Instituição Proponente: Universidade de Passo Fundo/Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 767.370

Data da Relatoria: 27/08/2014

Apresentação do Projeto:

O trabalho, ao longo da história, fez parte da vida do indivíduo. O homem por meio do trabalho busca o seu sustento e de sua família, além de reconhecimento, status e estabelecimento de laços afetivos. O indivíduo permanecia trabalhando até se aposentar, após retirava-se do mercado de trabalho. Atualmente, atrelado com o aumento da expectativa de vida, denota-se a permanência ou reinserção dos aposentados no mercado de trabalho. Diante disso, o presente estudo tem como objetivo investigar os vínculos entre aposentado economicamente ativo e trabalho. A população que será investigada reside no município de Estação-RS, e foi levantada por meio das Agentes Comunitárias de Saúde que fazem parte da Equipe de Saúde da Família do município. A amostra será constituída por no mínimo 125 participantes, que serão escolhidos por meio de amostragem aleatória simples, com a técnica de números aleatórios, estes serão submetidos à aplicação de um formulário. Para a análise dos dados serão utilizados testes de hipóteses, estimativas, medidas de associação univariada e multivariada. Pretende-se com o estudo contribuir para a reflexão e elaboração de políticas públicas, direcionados aos trabalhadores que estão aposentados e precisam trabalhar.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo geral do estudo é investigar os vínculos entre aposentado economicamente ativo e

Endereço: BR 285- Km 171 Campus I - Centro Administrativo
Bairro: Divisão de Pesquisa / São José **CEP:** 99.010-970
UF: RS **Município:** PASSO FUNDO
Telefone: (54)3316-8370 **Fax:** (54)3316-8798 **E-mail:** cep@upf.br

UNIVERSIDADE DE PASSO
FUNDO/ PRÓ-REITORIA DE
PESQUISA E PÓS-



Continuação do Parecer: 767.370

trabalho.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

O procedimento não oferece riscos conhecidos a integridade moral, física, mental ou efeitos colaterais. No entanto, se o participante sentir qualquer desconforto durante a pesquisa e necessite de auxílio, será oferecido o encaminhamento para os serviços especializados gratuitos.

Benefícios:

O estudo proporcionará o entendimento sobre os aspectos relacionados ao trabalho e aposentadoria, compreendendo esta relação que se torna cada vez mais frequente no Brasil. O estudo também poderá contribuir para a reflexão e elaboração de políticas públicas direcionadas às diferentes realidades de trabalhadores que já se aposentaram, mas que precisam continuar trabalhando.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um estudo descritivo em nível quantitativo. Terá como participantes aposentados economicamente ativos, que residem no município de Estação-RS. A população do estudo foi levantada por meio do auxílio das agentes comunitárias de saúde do município, que fazem parte do Programa de Saúde da família-PSF, que abrange 100% da população do município. Após o levantamento da população e aplicação do cálculo amostral, tem-se o número de 125 participantes da pesquisa. Para o levantamento dos dados será utilizado um formulário com questões fechadas. Antes da aplicação do formulário será realizado um estudo piloto, para identificar e incluir possíveis ajustes. Será entrado em contato com os participantes via telefone ou pessoalmente, e realizado o convite para a participação da pesquisa, caso aceite, será lido e assinado o termo de consentimento livre e esclarecido e após o formulário será aplicado. As variáveis de estudo compreendem: gênero, idade, relação conjugal, número de filhos, anos de estudo, relação com o domicílio, condição econômica na unidade familiar, número de dependentes da renda do aposentado, número de residentes do domicílio, tempo de obtenção da aposentadoria, ramo de atividade econômica ao se aposentar, relação de trabalho ao se

Endereço: BR 285- Km 171 Campus I - Centro Administrativo
Bairro: Divisão de Pesquisa / São José **CEP:** 99.010-970
UF: RS **Município:** PASSO FUNDO
Telefone: (54)3316-8370 **Fax:** (54)3316-8798 **E-mail:** cep@upf.br

Continuação do Parecer: 767.370

aposentar, tipo de aposentadoria, valor da aposentadoria bruta mensal, ramo de atividade econômica, relação de trabalho, tempo de permanência no trabalho, rendimento do trabalho atual, outras rendas, origem das outras rendas, outras ocupações, horas trabalhadas diariamente, turno em que trabalha, dias da semana em que trabalha, frequência em trabalhar aos sábados, domingos e feriados, necessidade de sentir-se produtivo e útil, dificuldades em ficar sozinho, dependência da renda do aposentado por parte de outras pessoas, identidade pessoal e profissional, ocupação do tempo livre, aposentadoria precoce, única atividade que realiza, possibilidade de repassar conhecimento e experiência aos outros, baixo poder aquisitivo da aposentadoria, estabelecimento de vínculos afetivos com os colegas de trabalho.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os direitos fundamentais do(s) participante(s) foi(ram) garantido(s) no projeto e no TCLE. O protocolo foi instruído e apresentado de maneira completa e adequada. Os compromissos do (a) pesquisador (a) e das instituições envolvidas estavam presentes. O projeto foi considerado claro em seus aspectos científicos, metodológicos e éticos.

Recomendações:

Rever os cronogramas.

Após o término da pesquisa, o CEP UPF solicita:

- a) A devolução dos resultados do estudo aos sujeitos da pesquisa ou a instituição que forneceu os dados;
- b) Enviar o relatório final da pesquisa, pela plataforma, utilizando a opção, no final da página, "Enviar Notificação" + relatório final.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, este Comitê, de acordo com as atribuições definidas na Resolução n. 466/12,

Endereço: BR 285- Km 171 Campus I - Centro Administrativo
Bairro: Divisão de Pesquisa / São José **CEP:** 99.010-970
UF: RS **Município:** PASSO FUNDO
Telefone: (54)3316-8370 **Fax:** (54)3316-8798 **E-mail:** cep@upf.br

UNIVERSIDADE DE PASSO
FUNDO/ PRÓ-REITORIA DE
PESQUISA E PÓS-



Continuação do Parecer: 767.370

do Conselho Nacional da Saúde, Ministério da Saúde, Brasil, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa na forma como foi proposto.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

PASSO FUNDO, 27 de Agosto de 2014

Assinado por:
Nadir Antonio Pichler
(Coordenador)

Endereço: BR 285- Km 171 Campus I - Centro Administrativo
Bairro: Divisão de Pesquisa / São José **CEP:** 99.010-970
UF: RS **Município:** PASSO FUNDO
Telefone: (54)3316-8370 **Fax:** (54)3316-8798 **E-mail:** cep@upf.br

APÊNDICES

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Universidade de Passo Fundo
Faculdade de Educação Física e Fisioterapia
Programa de Pós-Graduação em Envelhecimento Humano

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Projeto: Os aposentados economicamente ativos e a constituição de vínculos entre indivíduo e trabalho

Prezado(a) Senhor (a), _____

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “Os aposentados economicamente ativos e a constituição de vínculos entre indivíduo e trabalho”. O objetivo dessa pesquisa é investigar os vínculos entre trabalho e aposentados economicamente ativos. Sua participação será responder um formulário. O procedimento terá duração de aproximadamente 20 minutos, sendo que este não oferece riscos conhecidos a sua integridade moral, física, mental ou efeitos colaterais. No entanto, se você sentir qualquer desconforto durante a pesquisa e necessite de auxílio, será oferecido o encaminhamento para os serviços especializados gratuitos. Como benefício você poderá receber um resumo deste estudo, caso desejar. Você terá a garantia de receber esclarecimentos sobre qualquer dúvida relacionada a pesquisa e poderá ter acesso aos seus dados em qualquer etapa do estudo. Sua participação não é obrigatória e não implica em nenhum gasto ou remuneração. A qualquer momento você pode desistir de participar do estudo e retirar o seu consentimento, sendo que sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador e com a instituição. As informações obtidas por meio dessa pesquisa serão confidenciais e será mantido sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de modo que permitam a sua identificação. Caso tenha dúvidas sobre o comportamento dos pesquisadores ou sobre alguma mudança ocorrida na pesquisa que não conste neste termo, e caso se considere prejudicado na sua dignidade e autonomia, você poderá contatar as responsáveis pelo estudo, Vanessa Algeri, pelo telefone (54) 9102-7697 e sua orientadora Prof^a. Dra. Cleide Fátima Moretto, pelo telefone (54) 3316-8330, ou também poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Passo Fundo pelo telefone (54) 3316-8370, horário de funcionamento: segunda a sexta das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30min.

Dessa forma, se você concorda em participar da pesquisa como consta nas explicações e orientações acima, coloque seu nome no local indicado abaixo.

Desde já, agradecemos a sua colaboração e solicitamos a sua assinatura de autorização neste termo, que será também assinado pela pesquisadora responsável em duas vias, sendo que uma ficará com você e outra com a pesquisadora.

Passo Fundo, ____ de ____ de 2014.

Nome do Participante

Assinatura do Participante

Vanessa Algeri

Pesquisadora Responsável - Fone: (54) 9102-7697

Projeto de pesquisa

Universidade de Passo Fundo
Faculdade de Educação Física e Fisioterapia
Programa de Pós-Graduação em Envelhecimento Humano

**Os aposentados economicamente ativos e a constituição de
vínculos entre indivíduo e trabalho**

Vanessa Algeri

Passo Fundo, fevereiro de 2013.

1. Dados de identificação

1. Título

Os aposentados economicamente ativos e a constituição de vínculos entre indivíduo e trabalho.

2. Autores

Vanessa Algeri

Psicóloga Graduada pela Universidade Regional Integrada. Pós-graduada em Gestão de Pessoas, pela Fundação Getúlio Vargas. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Envelhecimento Humano da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da Universidade de Passo Fundo.

3. Orientador

Dra. Cleide Fátima Moretto

Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade de Passo Fundo. Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutora em Teoria Econômica pela Universidade de São Paulo. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Envelhecimento Humano (ppgEH) da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da Universidade de Passo Fundo. Líder do Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Trabalho (Giest).

4. Co-orientador

Dr. Adriano Pasqualotti.

Matemático. Pós-doutorado em Sociedade, Comunicação e Cultura pela Universidade de Lisboa. Doutor em Informática na Educação e mestre em Ciência da Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente do Programa de Pós-Graduação em Envelhecimento Humano da Universidade de Passo Fundo.

5. Duração

Vinte e um meses.

6. Vigência

Março de 2013 a Março de 2015.

7. Resumo

O trabalho, ao longo da história, fez parte da vida do indivíduo. O homem por meio do trabalho busca o seu sustento e de sua família, além de reconhecimento, status e estabelecimento de laços afetivos. O indivíduo permanecia trabalhando até se aposentar, após retirava-se do mercado de trabalho. Atualmente, atrelado com o aumento da expectativa de vida, denota-se a permanência ou reinserção dos aposentados no mercado de trabalho. Diante disso, o presente estudo tem como objetivo investigar os vínculos entre aposentado economicamente ativo e trabalho. A população que será investigada reside no município de Estação-RS, e foi levantada por meio das Agentes Comunitárias de Saúde que fazem parte da Equipe de Saúde da Família do município. A amostra será constituída por no mínimo 125 participantes, que serão escolhidos por meio de amostragem aleatória simples, com a técnica de números aleatórios, estes serão submetidos à aplicação de um formulário. Para a análise dos dados serão utilizados testes de hipóteses, estimativas, medidas de associação univariada e multivariada. Pretende-se com o estudo contribuir para a reflexão e elaboração de políticas públicas, direcionados aos trabalhadores que estão aposentados e precisam trabalhar.

8. Palavras-chave

Envelhecimento, Trabalho, Aposentadoria, População Economicamente Ativa.

2. Finalidade

Os resultados desta pesquisa poderão contribuir para a reflexão e a elaboração de políticas públicas direcionadas às diferentes realidades de trabalhadores que já se aposentaram, mas que precisam continuar trabalhando.

3. Problemática e questão de pesquisa

O trabalho é algo que permeia a vida. Tornou-se uma atividade central, devido ao tempo que os indivíduos passam envolvidos em uma atividade laboral. Estudos sobre o trabalho mostram a sua interferência na construção da identidade do indivíduo e, também, na sua inclusão na sociedade.

Na maior parte do século XX, de acordo com Antunes (2011), em termos da organização do trabalho, a matriz taylorista-fordista era dominante. Esta preconizava um trabalho contratado e regulamentado, que se caracterizava como formal.

Nos anos 1990, a partir das transformações produtivas decorrentes dos processos de abertura econômica e privatizações, a estabilidade no trabalho decaiu e a instabilidade instaurou-se. As empresas foram obrigadas a mudar seus processos de gestão, gerando um processo de demissão em massa e novas configurações de trabalho para diminuir custos e manter-se no mercado.

Até este período, o indivíduo escolhia a sua profissão quando jovem e a mesma o acompanhava pelo resto de sua vida. As pessoas permaneciam nas empresas, por 20, 30 anos, até aposentar-se, tinham estabilidade. Com o desemprego e a instabilidade as pessoas foram obrigadas a procurar alternativas de trabalho. Tal tendência acarretou o crescimento do trabalho informal, em seu sentido mais amplo, que envolve desde as atividades desenvolvidas pelos microempreendedores individuais, os trabalhadores por conta própria, até os trabalhadores sem vínculo empregatício, com atividades realizadas em situações precárias, colocando o indivíduo em situação de vulnerabilidade, sobretudo pela ausência de proteção social.

Diante deste cenário, a discussão sobre relações de trabalho emerge no debate sobre a dinâmica do mercado de trabalho e coloca em xeque o predomínio do paradigma fordista-taylorista da relação de emprego como trabalho formal. Observa-se, que atualmente, tem-se maior oferta de trabalho do que emprego. Pontua-se que em pequenos municípios, devido à presença de poucas empresas do setor industrial, o setor de serviços é o mais visado e o que oferece maior número de vagas de trabalho.

Além das novas relações de trabalho, a classe trabalhadora e economicamente ativa também sofreu transformações ao longo do tempo. Pode-se dizer que, até o século XX, os trabalhadores eram predominantemente jovens e adultos, que trabalhavam até se aposentar. Depois disso, retiravam-se do mercado de trabalho e da população economicamente ativa, viviam à margem do mercado de trabalho, sendo considerados inativos e incapazes de trabalhar. Entretanto, atualmente, com a maior expectativa de vida, que é de 74 anos e 29 dias para o brasileiro (IBGE, 2011), as pessoas mesmo aposentadas pela Previdência Social continuam trabalhando, ou seja, ainda fazem parte da população economicamente ativa.

Os aposentados estão se inserindo em um mercado instável, no qual emprego e trabalho, formal e informal caminham lado a lado; onde o trabalho é considerado central e condutor das relações econômicas e afetivas. Considerando o exposto, emerge a seguinte inquietação: Quais as relações entre trabalho e aposentados economicamente ativos?

4. Justificativa

As mudanças no mundo contemporâneo, motivadas por novas configurações das organizações econômicas, atreladas ao desenvolvimento tecnológico, geraram impacto na organização da produção e em consequência para o trabalho e o emprego (MARTINS, MOLINARO, 2013). Observa-se o crescimento de oferta no setor terciário (comércio e serviços) e o aumento do trabalho em relação ao emprego.

Salienta-se que, neste momento, vivencia-se um processo de envelhecimento da população, atrelado à queda da taxa de fecundidade e o aumento da esperança de vida (FURTADO, 2005). Diante disso, as pessoas estão vivendo mais, a proporção da população mais velha e idosa na população total está crescendo. No passado, era comum, as pessoas trabalharem, aposentarem-se e saírem do mercado de trabalho, oportunizando lugar para os mais jovens, que eram maioria.

Atualmente, todavia, percebe-se o crescimento da população aposentada como economicamente ativa. Segundo IBGE (2010) existem 6.256.441 pessoas aposentadas ou pensionistas, em condição de economicamente ativas no Brasil, representando 6,7% do total de pessoas economicamente ativas no país; no estado do Rio Grande do Sul existem 594.692 pessoas nesta condição, representando 10,2% do total de pessoas economicamente ativas no estado (IBGE, 2010).

Os aposentados estão integrando o mercado de trabalho atual juntamente com os mais jovens e adultos. Observa-se, como fatores de influência da inserção dos aposentados no mercado de trabalho, além da expectativa de vida elevada, o baixo valor do benefício/aposentadoria, o papel do aposentado como provedor da família, a busca de aumento da renda, o reconhecimento social, a manutenção da identidade e a centralidade que o trabalho ocupa na vida do indivíduo, influenciado pelo paradigma capitalista vigente. A manutenção ou permanência do aposentado no mercado de trabalho está relacionada com a representação que possui sobre o trabalho.

Além dos fatores acima citados, destaca-se como possível fator de permanência ou re(in)gresso dos aposentados no mercado de trabalho a busca de qualidade de vida no envelhecimento. A esse respeito, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005) adotou o termo envelhecimento ativo, que busca otimizar as oportunidades de saúde, participação e segurança, para o alcance de melhor qualidade de vida. Dentre os fatores citados como determinantes para o envelhecimento com qualidade estão os fatores econômicos, tais como: a renda, a proteção social e o trabalho digno.

Dados estatísticos apontam que o estado do Rio Grande do Sul é composto por 496 municípios, destes 330 (66,5%), possuem população menor do que 10.000 habitantes (IBGE 2011). Dentre estes municípios, está Estação, que se localiza na

mesorregião Noroeste Rio-grandense, com 6.011 habitantes. De acordo com o IBGE (2010), 10,3% da população economicamente ativa do município é aposentada ou pensionista.

Frente a este cenário justifica-se a escolha do município de Estação para o estudo, sendo que o mesmo possui um índice de aposentados e pensionistas economicamente ativos, semelhante ao do estado. Além disso, pode ser considerado representativo, por ser um pequeno município, o qual se enquadra na realidade do estado.

Pesquisar as relações entre trabalho e aposentados economicamente ativos, tendo em vista que estes dedicaram sua vida ao labor e agora estão envelhecendo, se faz relevante, no sentido de possibilitar o entendimento e a compreensão da vivência laboral desta parcela crescente da população.

5. Objetivo da pesquisa

1. Objetivo geral

O objetivo geral do estudo é investigar os vínculos entre aposentado economicamente ativo e trabalho.

2. Objetivos específicos

Para o alcance do objetivo geral, têm-se os seguintes objetivos específicos:

- Levantar as condições sociodemográficas dos aposentados economicamente ativos;
- Verificar o tipo e relação de trabalho que os aposentados economicamente ativos desenvolveram ao longo de sua carreira profissional;
- Identificar os motivos para os aposentados permanecerem economicamente ativos.

6. Revisão da literatura

Compreender as relações que o aposentado estabelece com o trabalho, requer o conhecimento do mercado de trabalho e suas imbricações ao longo tempo, além do entendimento sobre as condições de trabalho vivenciadas pelos aposentados e dos motivos para permanecerem trabalhando. Diante disso dividiu-se a revisão de literatura em duas partes, na seguinte sequência: dinâmica produtiva e trabalho e aposentadoria.

6.1 Dinâmica Produtiva

Fazendo um resgate histórico, identificamos que, na idade média, com o auge da sociedade feudal, o principal foco do trabalho era o agrícola. A terra produzia praticamente todas as mercadorias de que se necessitava e, assim, a terra e apenas a terra era chave da fortuna de um homem (HUBERMAN, 2010). A sociedade era pouco mercantilizada, a grande maioria das pessoas não dependia única e exclusivamente do salário e sim de diversas formas de subsistência, como o apoio da família, da igreja ou do senhor feudal (ZIMMERMANN; SILVA, 2009). Com a expansão do comércio, surgiu um novo tipo de riqueza, a riqueza do dinheiro (HUBERMAN, 2010).

Como reforça Marx (2008), a circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital, que somente aparece quando a produção mercantil alcança certo grau de desenvolvimento, que foi por volta do século XVI. O movimento passou a ser do dinheiro em mercadoria e a mercadoria em dinheiro, ou seja, comprar para vender, com este movimento o dinheiro se convertia em capital e surge o capitalismo (MARX, 2008). O detentor do dinheiro, para Marx, é o capitalista, que se preocupa em comprar para vender mais caro, além disso, também compra a força de trabalho, que se vende para ser explorada, tornando-se mercadoria. A produção capitalista, em sua visão, instaura-se de fato quando um dono explora muitos assalariados para produzir o mesmo gênero de mercadorias. Do século XVI até meados do século XVIII, a produção capitalista foi guiada pela manufatura, marcada pela divisão do trabalho. O trabalhador usava de sua força com o auxílio de alguns instrumentos para transformar algum material em um objeto de uso e de valor, sendo que cada operário realizava um trabalho,

sendo assim, fragmentado (MARX, 2008). Além disso, com o advento do capitalismo, foram destruídas as formas pré-mercantilizadas de proteção social (família, igreja, senhor feudal) e as possibilidades dos trabalhadores sobrevivem fora das relações do mercado foram colocadas a prova (ZIMMERMANN; SILVA, 2009). Com a revolução industrial, que iniciou por volta de 1820 e 1840, na Europa, e o surgimento da máquina, o trabalho muscular torna-se inútil, permitindo empregar operários de pouca força física, mulheres e crianças (MARX, 2008).

A industrialização e modernização do setor produtivo chegam ao Brasil em 1930, marcando o início de grandes transformações sociais e econômicas (LAMOUNIER, 1988). O Brasil, neste período (até a década de 1990) organizou-se em torno dos modelos de administração científica: taylorismo e fordismo. Em 1990 começam a ganhar força as ideias neoliberais, com a intervenção mínima do Estado e a autorregulação do mercado (ANTUNES, 1999). Com o neoliberalismo, explica o autor, ocorreu um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para retomar seu patamar, dando origem ao toyotismo e à acumulação flexível, transformações no processo produtivo, novas formas de acumulação flexível, *downsing*, novas formas de gestão organizacional e avanço tecnológico. O toyotismo, por sua vez, introduziu a polivalência na fábrica, sendo a capacidade de realizar diversos serviços ao mesmo tempo, o trabalho começa a ficar mais denso, mais intenso, aumentando a geração de mais trabalho e valores (DAL ROSSO, 2008).

A reestruturação produtiva, com o neoliberalismo trouxe consequências significativas para o mundo do trabalho, tanto na materialidade como na subjetividade da classe trabalhadora, ocasionando grandes transformações conjunturais e estruturais (REIS, 2005), com as privatizações do patrimônio público, a flexibilização laboral, a negação dos direitos sociais, a transformação da seguridade social em simples seguro e a substituição de políticas universais por focais (PEREIRA, 2012). Da mesma forma, a incorporação de tecnologias organizacionais gerenciais promoveram alterações na gestão e na organização do trabalho, no mercado de trabalho, bem como nas relações entre as empresas (GOMES, 2011).

A implantação de práticas e técnicas baseadas no modelo japonês levou ao a redução do trabalho com carteira assinada, o aumento do trabalho sem carteira assinada e do trabalho temporário e terceirizado (GOMES, 2011; MARTINS, MOLINARO, 2013), para que a mão de obra não fosse tão onerosa aos empregadores (OLIVEIRA, 2012). Diante da reestruturação produtiva, a preocupação com a informalidade se intensificou (FEIJÓ; SILVA; SOUZA, 2009).

No período entre 1970 e 2008 observou-se o acirramento de uma economia de mercado global baseada na competitividade e no individualismo (STANDING, 2013), exigindo inovação e qualidade (MARQUES, 2013), marcando o aparecimento da *Chíndia* (China e Índia), que tem mudado profundamente a vida social e econômica em todos os lugares (STANDING, 2013). Os baixos salários e a intensidade do trabalho na China, segundo Standing (2013), forçaram as empresas em todos os lugares a tentar competir, cortando salários optando pelo emprego flexível.

O emprego assalariado coberto pela legislação trabalhista, que, no Brasil, se configura no chamado “emprego com carteira assinada”, abarca uma porcentagem minoritária da força de trabalho ocupada, sendo que a contraparte maior vive do trabalho desprotegido ou informal (THEODORO, 2005).

O Direito reconhece clara distinção entre relação de trabalho e relação de emprego:

[...] relação de trabalho: refere-se a todas as relações jurídicas caracterizadas por terem sua prestação essencial centrada em uma obrigação de fazer consubstanciada em labor humano, refere-se pois, a toda modalidade de contratação de trabalho humano modernamente admissível. A expressão relação de trabalho englobaria, desse modo, a relação de emprego, a relação de trabalho autônomo, relação de trabalho eventual, de trabalho avulso e outras modalidades de pactuação de prestação de labor [...] Relação de emprego, do ponto de vista técnico- jurídico, é apenas uma das modalidades específicas de relação de trabalho juridicamente configuradas (DELGADO, 2011, p. 275-276, grifos no original).

Diante da substituição atual do trabalho formal (emprego) pelos mais diversos e distintos trabalhos (informais), Antunes (2011) classifica os trabalhadores informais em: trabalhadores informais tradicionais, trabalhadores informais assalariados sem registro, trabalhadores informais por conta própria.

No universo dos trabalhadores informais tradicionais, encontram-se os menos instáveis, que possuem um mínimo de conhecimento profissional e desenvolvem suas atividades no setor de prestação de serviços; existem também os mais instáveis, que são recrutados temporariamente com frequência remunerados por serviço realizado, fazem trabalhos eventuais e contingenciais (ANTUNES, 2011). Os trabalhadores informais assalariados sem registro, segundo o autor, perderam estatuto de contratualidade, excluindo-os das resoluções presentes nos acordos coletivos de sua categoria. Os trabalhadores informais por conta própria, de acordo com Antunes (2011) são definidos como uma variedade de produtores simples de mercadorias, contando com sua própria força de trabalho ou de familiares e que podem subcontratar força de trabalho assalariada.

Já Cacciamali (2000) divide em duas categorias de trabalhadores informais: os assalariados sem registro e os trabalhadores por conta própria. O sem registro tem como característica o fato de ter sido contratado a margem da regulamentação do mercado de trabalho, dos contratos por tempo indeterminado e em tempo integral e da organizacional sindical. Os por conta própria caracterizam-se por operarem diretamente na produção ou prestação de um serviço, sendo simultaneamente patrão e empregado de si mesmo (CACCIAMALI, 2000). A autora pontua em outro trabalho, que o setor informal é composto por trabalhos e atividades “que ocupam interstícios nos mercados de bens, que se moldam e se transformam ao toque das mudanças provocadas tanto pela expansão das firmas capitalistas, como pelo nível e composição da demanda por bens, construída pelo nível e distribuição da renda” (CACCIAMALI, 2007, p. 151).

A Organização Internacional do Trabalho, em virtude da expansão do setor informal, desenvolveu estudos na área, e pontua que:

A expressão "economia informal" é preferível à expressão "sector informal", pois os trabalhadores e as empresas em questão não advêm de um só sector de actividade económica, mas sim de vários. Esta expressão tende, porém, a minimizar a importância das ligações, das zonas cinzentas e das interdependências que existem entre actividades formais e actividades informais. A expressão "economia informal" refere-se a todas as actividades económicas de trabalhadores e unidades económicas que não são abrangidas, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais. Estas actividades não entram no âmbito de aplicação da legislação, o que significa

que estes trabalhadores e unidades operam à margem da lei; ou então não são abrangidos na prática, o que significa que a legislação não lhes é aplicada, embora operem no âmbito da lei; ou, ainda, a legislação não é respeitada por ser inadequada, gravosa ou por impor encargos excessivos” (OIT, 2005, p.6-7 grifos no original).

A economia informal segundo o exposto pela OIT não representa ilegalidade, pois muitos que estão dentro deste espectro estão legalizados, mas o que os diferencia dos formais, é a proteção legal, que os últimos possuem. Os formais na ausência de emprego tem o aviso prévio, FGTS, seguro-desemprego, já os informais não tem nada. Dessa forma, na ausência dessas indenizações e com a presença de dificuldades em encontrar emprego muitos se sujeitam a atividades precárias, privados de qualquer garantia de renda em caso de acidente ou doença (COCKEL; PERTICARRARI, 2011).

A pesquisa de Cockel e Peticarrari (2011) realizada com 16 trabalhadores informais da construção civil teve como objetivo de investigar como que eles ficaram diante de situações de acidente ou doença. A pesquisa evidenciou que muitos dos entrevistados devido à necessidade financeira, falta de proteção social e trabalhista e o medo do desemprego, voltaram ao trabalho antes do total reestabelecimento de sua força física, ou ainda nem interromperam suas atividades, mesmo sentindo dor ou alguma limitação física e/ou emocional.

Arelado à inserção do indivíduo no mercado de trabalho, segundo Mendes e Campos (2004), estão algumas proteções como: proteção à saúde, amparo à doença, insalubridade, qualificação do ambiente de trabalho, proteção para periculosidade, dentre outros. A ruptura do vínculo formal ocorre na perda dessas condições, dentre elas toda a proteção de saúde e segurança no trabalho (MENDES; CAMPOS, 2004).

Antunes (2011) descreve que a informalidade não é sinônimo direto de precariedade. Ressalta a existência de uma precarização estrutural do trabalho que pode ser encontrada na base taylorista/fordista, na qual o trabalho é mais regulamentado e contratualista, mas também coisificado e maquinal. O trabalho informal é visto como degradante, pelo autor, pela desconstrução dos direitos sociais do trabalho.

Nos países da Europa, também pode-se evidenciar o aumento a informalidade. Standing define os trabalhadores informais como *precariado*, sendo este um grupo

heterogêneo, que “compartilham um sentimento de que seu trabalho é útil (para viver), oportunista (pegar o que vier) e precário (inseguro)” (2013, p. 33). Explica que, na Itália, o termo *precariato* tem sido empregado para significar mais do que pessoas cumprindo tarefas casuais e com baixa renda, mas indica a existência precária como um estado de vida normal; na Alemanha o termo é usado para descrever não apenas trabalhadores temporários, mas também desempregados; no Japão o termo tem sido usado como sinônimo de trabalhador pobre.

É importante ressaltar que, mesmo diante de aspectos negativos da informalidade, esta toma importância na geração de ocupações na atualidade, é cada vez maior o número de pessoas que veem na economia informal a única saída de sobrevivência, assim deve ser encarado como um fenômeno estrutural (FEIJÓ; SILVA; SOUZA, 2009).

A OIT, frente à precarização do trabalho, traz para discussão a questão do trabalho digno, pontuando déficits na economia informal. Os déficits de trabalho digno são mais marcantes na economia informal, sendo esta caracterizada muitas vezes pela indefinição dos locais de trabalho, condições de trabalho que não garantem saúde nem segurança, fracos níveis de qualificação e de produtividade, longas horas de trabalho, rendimentos baixos e irregulares e falta de acesso à informação, aos mercados, ao financiamento, à formação e à tecnologia, caracterizam-se por diversos graus de dependência e de vulnerabilidade (OIT, 2005).

O mercado de trabalho sofreu muitas alterações ao longo da história. Hoje se vive o capitalismo influenciado pelo neoliberalismo, além destas alterações paradigmáticas, presenciam-se mudanças também no perfil do trabalhador, com indivíduos mais velhos, inclusive aposentados, permanecendo ou retornando ao mercado de trabalho. Este fenômeno será discutido a seguir.

6.2 Trabalho e aposentadoria

O processo de envelhecimento da população é motivado pela queda de fecundidade e elevação da esperança de vida, sendo um fenômeno mundial (FURTADO, 2005). O envelhecimento é entendido por Souza, Matias e Brêtas (2010)

como um *“fenômeno natural e processual, que vai do útero ao túmulo”* (2010, p. 2836). Este processo transcorre ao longo da vida, não se esgota na fase da velhice.

A menos que a fecundidade volte a aumentar, as próximas décadas serão marcadas pelo declínio da população jovem e o segmento idoso deverá crescer significativamente nos próximos 30 anos (CAMARANO; MELLO; KANSO, 2009). O Brasil que era considerado um país jovem também está sofrendo o processo acelerado do envelhecimento, além do aumento da expectativa de vida e da redução da taxa de natalidade, sendo que o avanço tecnológico e da medicina também contribuíram para a mudança do perfil da população (ALTMAN, 2011).

O processo de aposentadoria e envelhecimento apresentam múltiplas interfaces, e ocorrem de maneiras diversas, de acordo com a história de vida de cada um e também com a influência das mudanças na vida social da sociedade contemporânea (BULLA; KAEFER, 2003), sendo singular a cada indivíduo (GOULART JUNIOR et al., 2009).

A respeito do envelhecimento, como fenômeno mundial, pontua-se que o Brasil, de acordo com a classificação da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), encontra-se em envelhecimento moderado avançado, sendo que 8 a 10% da população é idosa (CAMARANO; PASINATO, 2007).

Diante do contexto do envelhecimento, surgem algumas discussões, dentre elas, a questão de seguridade social/aposentadoria. O Brasil e a Argentina, de acordo com Camarano e Pasinato (2007), fazem parte dos países pioneiros em adotar sistemas de seguridade na América Latina, influenciados pelo modelo de Bismarck, adotado na Alemanha, que é alicerçado na lógica contributiva e financiado por contribuições tripartite: empregadores, trabalhadores e Estado. Em 2005, segundo os autores, o Brasil contava com uma cobertura praticamente universal, com 87,2% dos idosos com aposentadoria, sendo que esta proporção se equivale tanto na zona urbana quanto rural, pois na década de 1990 o país adotou um programa de benefícios não contributivos para os trabalhadores rurais.

A Previdência Social do Brasil (BRASIL, MPS, 2013) considera quatro tipos de aposentadoria: aposentadoria especial (tempo de contribuição e exposição a agentes químicos nocivos), por idade (urbano: masculino - 65 anos e feminino - 60 anos; rurais:

masculino- 60 anos e feminino- 55 anos), por invalidez (em decorrência de doença ou acidente estão impossibilitados de trabalhar) e por tempo de contribuição (30 anos de contribuição para a previdência social). É importante destacar que o Brasil é um país que ainda mantém um sistema de aposentadoria formal, com cobertura quase universal. Dados internacionais a respeito da China mostram que no país existem dois sistemas de aposentadorias: um formal, no qual os empregados urbanos recebem a aposentadoria, sendo ela compulsória aos 60 anos, e um sistema informal, no qual estão os residentes rurais e os trabalhadores informais, que contam com o apoio da família na velhice e também são caracterizados por terem uma trajetória profissional mais longa (GILES; WANG; CAI, 2011). Nos países da América Latina, apenas o Brasil e a Argentina possuem um alto índice de cobertura previdenciária (CAMARANO; PASINATO, 2007)

Tradicionalmente a palavra aposentadoria é ligada à velhice. Hoje a população aposentada é representada por não idosos (CINTRA; RIBEIRO; ANDRADE, 2010). Aposentadoria também está ligada à noção de recolhimento aos aposentos, de retorno ao interior da habitação, ou seja, representa que o aposentado não é mais ativo na sociedade (KHOURY; FERREIRA; SOUZA, 2010), precisava se afastar do trabalho, pois a renda da aposentadoria bastava para o seu sustento (BULLA; KAEFER, 2003). Quando o sujeito se aposenta perde sua rede de comunicação, assim como o seu status na sociedade, assim a aposentadoria o conduz a uma volta à família para tentar encontrar um novo equilíbrio que possa compensar o equilíbrio perdido (SANTOS, 1990).

Bulla e Kaefer (2003) pontuam que as dificuldades na vida cotidiana dos idosos são inúmeras, devido aos preconceitos relativos ao processo de envelhecimento. A aposentadoria, segundo eles, dificulta ainda mais este processo, pois significa afastamento do trabalho, assim o idoso enfrenta preconceito por ser idoso e também por ser aposentado.

Decidir o momento de se aposentar pode ser uma das decisões mais importantes que a pessoa faz em sua vida (KNOLL, 2011). Espera-se que quando os indivíduos decidirem parar de trabalhar tenham uma maneira de se sustentar financeiramente, ou seja, além do benefício da segurança social, ter outras pensões e poupança pessoal,

infelizmente a grande maioria que se aposenta não tem este tripé, principalmente a poupança (KNOLL, 2011).

Nos países desenvolvidos as pessoas idosas foram impelidas, no começo dos anos 1990 a deixarem de fazer parte da população ativa e passarem a fazer parte da população ativa e passarem a engrossar os grupos dos não ativos (STANDING, 2013; VERA, 1999). Este incentivo ocorreu por dois motivos: o primeiro seria que com a aposentadoria deixaria espaço de trabalho para as gerações mais jovens; o segundo é que uma vez chegada a idade se tem o merecido descanso (VERA, 1999).

Neste meio tempo, as mulheres jovens pararam de ter bebês, a expectativa de vida aumentou, e a iminência de ter mais pessoas velhas do que jovens, aumentando o número de pessoas que iriam depender da aposentadoria e diminuindo a população ativa, produtiva (STANDING, 2013). Diante desse contexto, os países desenvolvidos, ao longo da década de 1990 mudaram suas políticas de seguridade social. O objetivo passou a ser a eliminar os incentivos à aposentadoria para elevar a taxa de participação e o nível de emprego de trabalhadores idosos (FURTADO, 2005). Percebe-se atualmente, o retorno ou a permanência dos aposentados no mercado de trabalho, ignorando a lógica de inatividade. A aposentadoria, então, não é representada como uma forma de desengajamento social (CINTRA; RIBEIRO; ANDRADE, 2010).

De acordo com Standing (2013), os aposentados “depois de décadas sendo informados de que não eram desejados, apaziguados em aposentadoria precoce nas recessões, agora estão sendo informados de que devem trabalhar por mais tempo” (2013, p. 126).

Os aposentados, atualmente, estão ocupando uma parte significativa da população economicamente ativa (PEA). Segundo o IBGE (2014) pessoa economicamente ativa é aquela que compreende o potencial de mão de obra que se pode contar para o setor produtivo, as pessoas ocupadas são classificadas em: empregados; empregadores, conta-própria e não remunerados.

No estado do Rio Grande do Sul, segundo o Censo do IBGE (2010), existiam 594.692 pessoas aposentadas ou pensionistas em condição de economicamente ativas,

de uma população de 5.818.585 pessoas economicamente ativas, assim os aposentados e pensionistas representam 10,2% dos ativos do estado.

A pesquisa realizada por Munnell et al. (2008) verificou a taxa de participação dos homens entre 55 e 64 anos na força de trabalho nos Estados Unidos, constatando que em West Virginia, Kentucky e Alabama tem participação abaixo de 60,0%, enquanto em Dakota do Sul é de 90,0%.

Cabe lembrar que no Brasil não existe nenhum impedimento legal para que o aposentado continue ou se insira novamente no mercado de trabalho (CARERRA-FERNANDEZ; MENEZES, 2001) e a aposentadoria é feita independentemente do desligamento do emprego, assim, a fixação de uma idade e um tempo de contribuição mínimos não parece ser, por si só, uma variável que induza a redução das taxas de participação dos trabalhadores idosos (FURTADO, 2005).

O aposentado é incentivado a trabalhar, pois ao trabalhar continua contribuindo para a previdência e aumenta a receita do Estado, auxiliando na redução do déficit previdenciário (FERNANDEZ, MENEZES, 2001). Entretanto, quando foram criados os sistemas de seguridade, no pós-guerra, o emprego formal era o padrão e a informalidade e o desemprego vistos como questões conjunturais, entretanto, atualmente, o desemprego e a informalidade são características marcantes no mercado de trabalho (CAMARANO; PASINATO, 2007). Hoje, para a seguridade social ter sustentabilidade são necessárias políticas para adiar a data da aposentadoria e estimular a permanência do idoso no mercado de trabalho (FURTADO, 2005). A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) recomenda que o passo mais objetivo é reduzir os incentivos a inatividade precoce, eliminando os dispositivos legais e os programas sociais que permitem antecipar a idade da aposentadoria (FURTADO, 2005).

O incentivo a continuar trabalhando refere-se principalmente ao trabalho formal, no qual existe a contribuição para o Estado, porém, segundo Furtado (2005), os atrativos do emprego formal são as possibilidades de acesso a benefícios da Previdência Social, seguro-desemprego e FGTS. O trabalhador aposentado já possui benefício da previdência e não pode receber seguro desemprego por ser acumulativa a aposentadoria, desse modo, a escolha por um trabalho informal seria a mais adequada, devido ao não

recolhimento das contribuições previdenciárias que reduziria os custos do empregador e poderia elevar o seu salário líquido (FURTADO, 2005).

Na pesquisa realizada por Cintra, Ribeiro e Andrade (2010) os participantes eram aposentados e continuavam trabalhando no setor informal da indústria calçadista. O setor informal torna-se uma opção para aposentados que necessitam complementar sua renda, já que o mercado formal procura substituir funcionários mais velhos pelos mais jovens, devido à maior capacidade de produção (CINTRA; RIBEIRO; ANDRADE, 2010; CAMARANO; PASINATO, 2007).

O sistema econômico atual valoriza a juventude, dificultando a entrada dos mais velhos, sendo vistos como incapacitados, com reduzida força produtiva, sendo que raramente leva-se em conta a experiência adquirida pelos mais velhos (BULLA; KAEFER, 2003; CAMARANO; PASINATO, 2007). As empresas estão exigindo trabalhadores qualificados e que se adaptem facilmente as mudanças (BULLA; KAEFER, 2003).

Os idosos estão sendo atraídos pelo trabalho informal, de tempo parcial, temporário e autônomo, tornaram-se uma fonte de trabalho barato, pago com salários baixos, recebem poucos benefícios e são facilmente demitidos (STANDING, 2013). Em uma pesquisa realizada por Coutrim (2006) os participantes aposentados do estudo, em sua totalidade, trabalhavam no setor informal, com uma jornada de seis dias por semana, de oito a doze horas por dia.

O retorno e permanência no trabalho e a qualidade e renda do trabalho, parecem depender de dois fatores segundo algumas pesquisas: escolaridade e sexo. A escolaridade é considerada uma das variáveis mais importantes na determinação do rendimento do idoso, assim quanto maior a escolaridade, maior o rendimento (CARRERA-FERNANDEZ; MENEZES, 2001; LEME, MÁLAGA, 2001). Além disso, a escolaridade e qualificação influenciam na sua permanência no mercado de trabalho (GOULART JUNIOR et al., 2009; WAJNMAN; OLIVEIRA; OLIVEIRA; 2004). Pontua-se que a experiência é vista como um fator apreciativo, frente ao fator depreciativo atribuído para a idade, os aposentados que valorizarem sua experiência

conseguirão aumentar significativamente seus rendimentos (CARRERA-FERNANDEZ; MENEZES, 2001).

Carrera- Fernandez e Menezes (2001) em sua pesquisa encontraram o sexo como fator estatisticamente significativo e positivamente relacionado com a probabilidade de contratação do idoso no mercado de trabalho. Significa que dentre as pessoas com sessenta anos ou mais são os do sexo masculino os mais propensos a participar da força de trabalho, além do mais, o fato de a mulher se dedicar mais aos afazeres da casa pode estar relacionado (CARRERA-FERNANDEZ; MENEZES, 2001).

A questão financeira pode influenciar o retorno e/ou permanência do aposentado no mercado de trabalho. O benefício não seria suficiente para atender as necessidades de sobrevivência do aposentado e de sua família, pois muitos continuam sendo os provedores, assim o trabalho complementaria o rendimento familiar (KHOURY et al., 2010; CINTRA; RIBEIRO; ANDRADE; 2010; BULLA; KAEFER, 2003; SANTOS, 1990; BITTENCOURT et al., 2011; COUTRIM, 2006; WAJNMAN; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2004; CAMARANO, 2001; CARRERA-FERNANDEZ; MENEZES, 2001; QUEIROZ; RAMALHO, 2009). Os altos índices de desemprego, nascimento de filhos fora do casamento e divórcio, entre outros, podem ter contribuído para os filhos permanecerem ou retornarem à casa dos pais, fazendo com que o aposentado e/ou idosos ainda seja o chefe da família (COUTRIM, 2006). Assim, os idosos encontram motivação para continuar trabalhando, pois sabem que alguém depende deles, a família (COUTRIM, 2006).

Na pesquisa realizada por Khoury et al. (2010), o principal motivo dos aposentados retornarem ao mercado de trabalho foi a necessidade de se sentir produtivo, em segundo lugar, empatados, os motivos para aumentar a renda familiar por necessidade de conviver com outras pessoas, seguidos da necessidade de se sentir atualizado.

Percebe-se que, atualmente, muitos aposentados não são idosos. Diante disso Leme e Málaga (2001) colocam que ao saírem do mercado de trabalho em idade produtiva, os trabalhadores não aproveitam todo o seu capital humano, sendo que aposentar este capital humano antes do tempo também é empobrecedor para a

sociedade. Em contrapartida Khoury et al. (2010) discutem o tempo de permanecer trabalhando. Em sua pesquisa, 14% dos aposentados, continuam a trabalhar depois de 10 anos de efetivação de sua aposentadoria, ele questiona qual seria a hora de parar.

Segundo Souza, Matias e Brêtas (2010), o trabalho é o fundamento da vida humana, por meio dele que o homem se distinguiu dos outros animais, porque além de utilizar o esforço físico do corpo, utiliza a mente. É uma das atividades mais importantes da existência humana, sendo a principal fonte de significado da constituição da vida, as pessoas articulam-se ao redor das atividades laborativas (ZANELLI; SILVA 1996).

O trabalho também é tido como uma obrigação moral e a sociedade cobra por meio dele, quem não trabalha está em desacordo com a ética da sociedade (SOUZA; MATIAS; BRÊTAS, 2010). É também um regulador da organização da vida, com horários, atividades relacionamentos determinados conforme as exigências do trabalho, sendo definidor da existência humana, mesmo antes da criança entender o que significa trabalho ela já está sendo preparada para o mesmo, através do processo de socialização. (ZANELLI; SILVA 1996).

Na atual sociedade atual, percebe-se a supervalorização dada aos papéis profissionais, sendo que o valor do indivíduo, seu reconhecimento, pode ser medido pelos papéis profissionais que ocupa, logo, o lugar do sujeito na sociedade é determinado pelo seu papel profissional (SANTOS, 1990; MARRA et al., 2011). A identidade pessoal refere-se à percepção de si mesmo, estando enraizada em um mundo de significações e em uma rede social, sendo assim de natureza social e se afirma nas relações interpessoais (ZANELLI; SILVA 1996). O indivíduo vai criando uma rede de relações, e estabelecendo vínculos afetivos no trabalho (ZANELLI; SILVA, 1996; FRANÇA, 1995; SOUZA; MATIAS; BRÊTAS, 2010) e quanto mais enraizados, mais dificuldades aparecem para romper com o trabalho (ZANELLI; SILVA, 1996).

A cultura, da maioria dos segmentos sociais, coloca as atividades ou o tempo fora do trabalho como pouco prioritário ou indesejável, em muitas regiões percebe-se a ausência de praças e outros locais para atividades de lazer, o tempo é regido pelo cronômetro do trabalho (ZANELLI; SILVA 1996).

Com supervalorização do trabalho na vida dos indivíduos trazida pela sociedade capitalista (SOUZA; MATIAS; BRÊTAS, 2010), a identidade pessoal e a profissão se entrelaçam, muitos indivíduos passam a ser reconhecido por si e pelos outros, por sua profissão. Frente a isso observa-se que a aposentadoria acarreta a diminuição do status social, para muitas pessoas, e a modificações dos papéis (SANTOS, 1990), pois o trabalho representa status, poder (FRANÇA, 1995), realização pessoal, autoestima, reconhecimento social (CAVALCANTI, 1995), além de representar sentido de utilidade (SOUZA; MATIAS; BRÊTAS, 2010). Os que confundem a identidade pessoal com a profissional, como destaca Santos (1996), quando saem do trabalho descobrem uma ausência de sentido em sua vida. Complementa que o trabalho não pode ser um fim em si mesmo, se assim for, torna-se fator de alienação, o homem corre o risco de interiorizar a ideia de que o sentido de sua vida, sua importância pessoal depende, diretamente, do papel profissional que representa.

Viktor Frankl (2003) traz uma importante reflexão sobre o sentido da vida e o sentido do trabalho. Ele fala em missão de vida, pontua que cada pessoa no decorrer de sua vida tem missões a cumprir, sendo que estas possuem caráter único e irrepetível, assim quanto mais o homem aprender o caráter de missão que a sua vida tem, mais a sua vida lhe parecerá carregada de sentido.

O homem de acordo com Frankl (2003) é insubstituível, e isto gera sua responsabilidade pela configuração do seu destino. Com relação ao trabalho, enfatiza que é por meio dele, que o homem pode representar o seu caráter único, podendo consumir seus valores criadores, entretanto, ele não pode ser o sentido da vida, é necessário que cada um encontre dentro do trabalho uma maneira de dar sentido a sua vida. Aquele que considera o trabalho o sentido da sua vida, quando estiver em situação de não trabalho como, desempregado ou aposentado, experimenta uma desocupação interior, um vazio de sua consciência, sentindo-se inútil (FRANKL, 2003).

[...] Assim, quando, por exemplo, uma enfermeira, para além de suas obrigações mais ou menos regulamentares, faz algo de pessoal; quando, por exemplo, acha uma palavra para dizer a um doente grave, - então, sim, conseguirá encontrar no trabalho profissional uma oportunidade para dar sentido à sua vida (FRANKL, 2003 p.161).

Para o autor, o trabalho, enquanto atividade profissional pode promover sentido, não pela tarefa, mas pela maneira como a tarefa é executada.

7. Hipóteses

Têm-se as seguintes hipóteses:

Hipótese 1: A maioria dos aposentados economicamente ativos pesquisados estabelece, atualmente, relação de trabalho informal;

Hipótese 2: A maioria dos aposentados economicamente ativos pesquisados não considera o motivo aumentar a renda (pessoal ou familiar), como o maior influenciador de seu retorno ao mercado de trabalho.

8. Metodologia

8.1 Delineamento geral do estudo

Trata-se de um estudo descritivo em nível quantitativo. Adota-se a abordagem quantitativa como forma de estabelecer relações, correlacionar, compreender a configuração, buscando garantir resultados e evitar distorções de análise e de interpretação (DIEHL; TATIM, 2006). No método quantitativo as variáveis envolvem distinções não substanciais de diferenças traduzíveis, como desigualdade de grau, frequência, intensidade e volume, possibilitando a mensuração de um fenômeno (ALMEIDA FILHO; BARRETO; ROUQUAYROL, 2011).

A abordagem quantitativa configura-se mais adequada para a realização do levantamento das condições sociodemográficas dos aposentados economicamente ativos, para a verificação do tipo e relação de trabalho que os aposentados economicamente ativos desenvolveram ao longo de sua carreira profissional e para identificar os motivos de permanecerem trabalhando.

1. Local do estudo

A pesquisa será realizada no município de Estação-RS, que está localizado na mesorregião Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Possui uma área geográfica de 100,266 km², com uma população de 6.011 habitantes. Enquanto representativo da realidade dos pequenos municípios gaúchos, apresenta uma população urbana de 5.120 e rural de 891 habitantes (IBGE, 2010). Destes, 3.487 fazem parte da População Economicamente Ativa. Ainda, dados específicos do último censo demográfico, indicam que 359 habitantes eram aposentados ou pensionistas, e ativos no mercado de trabalho (IBGE, 2010).

2. População de estudo e procedimento amostral

A população será formada por aposentados economicamente ativos do município de Estação-RS. Para a realização do estudo, a pesquisadora contará com o auxílio das Agentes Comunitárias de Saúde do município, que fazem parte do programa de Saúde da Família- PSF, que atende 100% da população do município.

As Agentes Comunitárias de saúde irão realizar o mapeamento da população do estudo, tendo como critérios de inclusão: aposentados pela Previdência Social com histórico laboral e que estejam trabalhando atualmente, de maneira formal ou informal.

O mapeamento foi realizado, e segundo as Agentes Comunitárias de Saúde existem 180 aposentados economicamente ativos. De acordo com o cálculo amostral (1) e (2), ajustado com a população (N_{aj}) e com o erro 5%, obteve-se o tamanho mínimo da amostra:

$$N_{aj} = N n / N + n \quad (1)$$

$$N_{aj} = 180 \times 400 / 180 + 400 \quad (2)$$

$$N_{aj} = 125 \quad (3)$$

Onde:

N = população, representada pelos aposentados do INSS ativos no mercado de trabalho;

n = elementos da amostra com erro de 5%.

Portanto, será necessário aplicar o instrumento de pesquisa em no mínimo 125 aposentados economicamente ativos (3). A escolha será por meio de amostragem aleatória simples, por meio da técnica de números aleatórios. Adota-se como instrumento de pesquisa o formulário, que é definido por Gil (2010) como uma “técnica de coleta de dados em que o pesquisador formula questões previamente elaboradas e anota as respostas” (p. 102-103). Este terá questões fechadas, elaboradas a partir de categorias e variáveis previamente delimitadas (Apêndice I). Os sujeitos serão escolhidos a partir da listagem oferecida pelas Agentes Comunitárias de Saúde, a partir da tabela de números aleatórios.

O instrumento de pesquisa será testado previamente por meio de estudo piloto, de forma a identificar e incluir possíveis ajustes nas questões ou atributos, ou na ordem de questionamento.

3. Procedimentos de coleta de dados

A coleta de dados será iniciada após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade de Passo Fundo (CEP-UPF).

Tendo em mãos a lista dos elementos amostrais sorteados, a pesquisadora entrará em contato com os possíveis participantes, por meio de contato telefônico ou pessoalmente, no local de suas residências. O aposentado será convidado a participar da pesquisa, que consiste em responder o formulário. Em caso de aceite será feita a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e apanhada a assinatura do aposentado (Apêndice 2).

4. Variáveis do estudo

Na sequência são apresentadas as categorias de análise adotadas e as respectivas variáveis que servem de base para a pesquisa:

- Características sociodemográficas e pessoais

- Gênero: variável que possibilita verificar possíveis diferenças entre os gêneros feminino e masculino. Carrera-Fernandez e Menezes (2001) em sua pesquisa

encontraram o sexo como fator estatisticamente significativo e positivamente relacionado com a probabilidade de contratação do idoso no mercado de trabalho, sendo que o do sexo masculino possui mais probabilidade segundo a pesquisa;

- Idade: variável que possibilita identificar se os aposentados são idosos ou não, e se idosos, enquadram-se em idosos jovens (65-74 anos), idosos velhos (75-84 anos) e idosos mais velhos (mais de 85 anos) (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008);

- Relação conjugal: variável que possibilita identificar a relação conjugal, se o aposentado reside com cônjuge ou não;

- Número de filhos: variável que proporciona a identificação do tamanho da família constituída pelo aposentado;

- Anos de estudo: variável que possibilita identificar diferenças nas relações de trabalho e escolaridade. Pesquisas apontam que quanto maior a escolaridade, maior o rendimento do aposentado (CARRERA-FERNADEZ, MENEZES, 2001; LEME; MALÁGA, 2001), além disso, a escolaridade influencia na permanência ou não no mercado de trabalho (GOULART JUNIOR et al., 2009; WAJNMAN; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2004);

- Relação com o domicílio: variável que busca identificar se o aposentado ao longo de sua vida conseguiu adquirir sua casa própria, que lhe garantiria maior segurança, se ele é locador ou se necessita viver no domicílio de seus filhos ou parentes;

- Condição econômica na unidade familiar: variável que possibilita entender se o aposentado é o provedor principal da família. Segundo pesquisas, o aposentado ainda continua, em muitas famílias, sendo o provedor financeiro principal (KHOURY et al., 2010; CINTRA; RIBEIRO; ANDRADE; 2010; BULLA; KAEFER, 2003; SANTOS, 1990; BITTENCOURT et al., 2011; COUTRIM, 2006; WAJNMAN; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2004; CAMARANO, 2001; CARRERA-FERNANDEZ; MENEZES, 2001; QUEIROZ; RAMALHO, 2009);

- Número de dependentes da renda do aposentado: variável que proporciona o entendimento do número de pessoas que o aposentado precisa sustentar;

- Número de residentes no domicílio: variável que proporciona o entendimento da configuração atual da família.

- Característica de trabalho e renda

- Tempo de obtenção da aposentadoria: variável que possibilita identificar há quanto tempo continua trabalhando, mesmo estando aposentado. Em uma pesquisa realizada por Khoury et al. (2010), identificaram que 14,0 % dos aposentados continuam trabalhando depois de 10 anos de efetivação da aposentadoria;

- Ramo de atividade econômica ao se aposentar: variável que busca entender o tipo de atividade em que o respondente estava trabalhando ao se aposentar;

- Relação de trabalho ao se aposentar: variável que proporciona o entendimento da relação de trabalho ao se aposentar, se empregado ou empregador, formal ou informal. As alternativas desta variável são: empresário, microempresário (MPE, ou MEI), trabalhador autônomo ou por conta própria com registro, trabalhador autônomo ou por conta própria sem registro, profissional liberal, assalariado setor privado, funcionário público e funcionário de empresa de economia mista;

- Tipo de aposentadoria: variável que busca compreender o enquadramento da aposentadoria do pesquisado, se por tempo de contribuição, por idade urbana, por idade rural, aposentadoria especial ao por invalidez, de acordo com a definição da Previdência Social;

- Valor da aposentadoria bruta mensal: variável que busca identificar o valor monetário mensal bruto pago pela aposentadoria;

- Ramo de atividade econômica: variável que busca entender o ramo de atividade econômica em que o aposentado está trabalhando atualmente e ao longo de sua carreira profissional, segundo tabela do IBGE, classificada a partir dos diferentes setores da economia;

- Relação de trabalho: variável que proporciona o entendimento da relação de trabalho atual do aposentado, se empregado ou empregador, formal ou informal e ao longo de sua história profissional. A literatura traz que hoje os aposentados estão sendo atraídos pelo mercado informal (CINTRA; RIBEIRO; ANDRADE, 2010; CAMARANO; PASINATO, 2007). As alternativas desta variável são: empresário, microempresário (MPE, ou MEI), trabalhador autônomo ou por conta própria com registro, trabalhador autônomo ou por conta própria sem registro, profissional liberal,

assalariado setor privado, funcionário público e funcionário de empresa de economia mista;

- Tempo de permanência no trabalho: variável que busca compreender o tempo em que o aposentado permaneceu em cada trabalho. Tendo em vista que a literatura pontua que até a década de 1990 o trabalho era mais estável, e com o neoliberalismo e a reestruturação produtiva a instabilidade instaurou-se, e o trabalho informal se intensificou (ANTUNES, 1999);

- Rendimento do trabalho atual: variável que busca identificar a remuneração que o aposentado tem com o seu trabalho. Santing (2013) pontua que os aposentados que trabalham no setor informal percebem remuneração mais baixa;

- Outras rendas: variável que busca identificar se o aposentado possui outras rendas além da aposentadoria e do trabalho, se conseguiu criar alternativas de renda ao longo de sua vida. Knoll (2011) salienta que se espera que quando os indivíduos decidirem parar de trabalhar tenham outra maneira de se sustentar, de obter lucros;

- Origem das outras rendas: variável que identifica os tipos de rendas alternativas que o aposentado recebe, tais como aluguel, arrendamentos, lucros e dividendos, pensão, aposentadoria privada e outros;

- Outras ocupações: variável que busca identificar se o aposentado teve somente uma ocupação ou profissão ao longo de sua trajetória laborativa;

- Horas trabalhadas diariamente: variável que possibilita identificar se o aposentado trabalha, além das horas indicadas por lei. Coutrim (2006) identificou em sua pesquisa, que os aposentados trabalhavam, em sua totalidade, na informalidade, e trabalhando de oito a doze horas diárias;

- Turno em que trabalha: variável que possibilita identificar se o trabalho é diurno ou noturno;

- Dias da semana em que trabalha: variável que busca identificar o ritmo de trabalho do aposentado, e se este se estende ao dia que seriam dedicados ao descanso (finais de semana e feriado). Na pesquisa realizada por Coutrim (2006), os aposentados trabalhavam seis dias por semana;

- Frequência em que trabalha aos sábados, domingos e feriados: variável que possibilita o entendimento se o aposentado trabalha sempre ou eventualmente nos dias que seriam dedicados ao descanso.

- Motivos para o retorno e/ou permanência no trabalho

- Necessidade de sentir-se produtivo e útil: variável que busca entender se o motivo do aposentado retornar ou permanecer no trabalho está relacionado com o se sentir produtivo, tendo em vista que a pesquisa de Khoury et al. (2010) identificou a necessidade de sentir-se produtivo como o principal motivo dos aposentados continuarem trabalhando;

- Dificuldade em ficar sozinho: variável que identifica se o aposentado permanece no trabalho, pois necessita estar junto com outras pessoas para se sentir bem, independente do vínculo que estabelece com os colegas de trabalho;

- Dependência da renda do aposentado por parte de outras pessoas: variável que identifica se o aposentado retornou ao trabalho porque é o provedor principal da família. A literatura aponta que o aposentado continua trabalhando, pois, sabe que alguém depende dele (COUTRIM, 2006);

- Identidade pessoal e profissional: variável que representa que o trabalho e vida pessoal podem se sobrepor. O aposentado pode confundir sua identidade com seu papel profissional, assim quando para de trabalhar, perde sua identidade (SANTOS, 1999);

- Ocupação o tempo livre: variável que identifica se o aposentado está trabalhando para ocupar seu tempo livre;

- Aposentadoria precoce: variável que busca identificar se o retorno ou permanência no mercado de trabalho foi pelo fato de ainda ser jovem e sentir que tem saúde e vigor para continuar trabalhando;

- Única atividade que realiza: variável que identifica se o trabalho é a única atividade que o aposentado faz e sabe fazer, se o trabalho é sentido da vida do trabalho (FRANKL, 2003);

- Possibilidade de repassar conhecimento e experiência aos outros: variável que identifica se o aposentado está preocupado em repassar seu conhecimento e experiência os outros, atribuindo-se o status de mentor;

- Baixo poder aquisitivo da aposentadoria: variável que identifica se ao aposentado está trabalhando devido ao baixo valor da aposentadoria, não consegue manter-se somente com este salário;

- Estabelecimento de vínculos afetivos com os colegas de trabalho: variável que representa que o trabalho é espaço de criação de vínculos afetivos. O indivíduo vai criando uma rede de relações e estabelecendo vínculos afetivos no trabalho (ZANELLI; SILVA, 1996; FRANÇA, 1995; SOUZA; MATIAS; BRÊTAS, 2010) e quanto mais enraizados, mais dificuldades aparecem para romper com o trabalho (ZANELLI; SILVA, 1996).

5. Análise dos dados

Para a análise dos dados serão utilizados testes de hipóteses, estimativas, medidas de associação univariada e multivariada (teste t ou teste U de Mann-Witney; ANOVA one-way ou teste H de Kruskal-Wallis; correlação de Person ou correlação de Spearman; qui-quadrado ou teste exato de Fisher). Será utilizado o teste Z de Kolmogorov-Smirnov para verificar a distribuição de normalidade dos dados. A rejeição da hipótese H₀ será realizada para um nível de significância de $p \leq 0,05$. Para verificar a congruência interna dos itens que compõem o formulário será utilizado o coeficiente alfa (α) de Cronbach.

6. Considerações éticas

O estudo contempla a Resolução n. 466/12, do Conselho Nacional de Saúde CNS de 12 de dezembro de 2012 sobre a participação de seres humanos em pesquisas, a qual considera o indivíduo e as coletividades. Baseia-se nos princípios da bioética, como: autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, além da dignidade humana. Visa ainda, assegurar os direitos e deveres relacionados com aos participantes da pesquisa, à comunidade científica e ao Estado.

9 Divulgação

Os resultados da pesquisa serão apresentados como dissertação para obtenção do título de Mestre em Envelhecimento Humano na Universidade de Passo Fundo. Também serão divulgados em forma de artigos em revistas científicas.

Para os participantes da pesquisa os dados serão apresentados em forma de palestras com data e horário previamente estabelecidos.

10 Cronograma

A execução do projeto ocorrerá no período entre março de 2013 a fevereiro de 2015 (24 meses). O quadro a seguir descreve as ações e atividades, período de execução e aplicação de recursos previstos para a conclusão do projeto de dissertação.

Ações e atividades	Período de execução	Aplicação de recursos
Definição do problema e questão de pesquisa, vinculado ao tema de investigação	mar. 2013 a maio 2013	-
Elaboração do projeto de pesquisa, vinculado a uma linha de pesquisa do programa	jun. 2013 a maio 2013	-
Encaminhamento da proposta do projeto para aprovação pelos comitês de ética em pesquisa	jun. 2013	-
Qualificação do projeto	jun. 2014	-
Aplicação do formulário piloto	jul. 2014	-
Coleta de Dados	jul. a set. 2014	R\$265,00
Organização da base, análise dos dados coletados e elaboração dos resultados	ago. 2014 a set. 2014	-
Elaboração de dissertação, artigos e apresentação dos resultados em eventos	set. 2014 a fev. 2015	-

1. Orçamento

DESPESAS	Valores
Ligações telefônicas	R\$ 100,00
Impressão dos formulários	R\$ 100,00
Canetas	R\$ 5,00
Deslocamento (gasolina do carro)	R\$ 60,00
TOTAL	R\$ 265,00
*Os recursos bancados pela mestranda	

2. Referências

ALTMAN, Mirian. O envelhecimento a luz da psicanálise. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, v.44, n. 80, p.193-206, 2011.

ALMEIDA FILHO, Naomar; BARRETO, Mauricio. Lima; ROUQUAYROL, M. Z. Introdução ao método epidemiológico. In: ALMEIDA FILHO, Naomar; BARRETO, Mauricio, Lima (Org.). *Epidemiologia e Saúde: Fundamentos, métodos, aplicações*. Rio de Janeiro, Guanabarra Koogan, 2011. p. 77-84.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

_____. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.107, p. 405-419, julho/setembro, 2011.

BITENCOURT, Betina Magalhães et al. Para além do tempo de emprego: o sentido do trabalho no processo de aposentadoria. *Revista de Ciências da Administração*, Florianópolis, v.13, n.31, p. 30-57, 2011.

BULLA, Leonia Capaverde; KAEFER, Carin Otilia. Trabalho e aposentadoria: as repercussões sociais na vida do idoso aposentado. *Revista Virtual Textos & Contextos*, Porto Alegre, n.2, 2003.

BRASIL. Ministério da Previdência Social – MPS. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.mpas.gov.br/>. Acesso em: 15 set. 2013.

CACCIAMALI, Maria. Cristina. Globalização e processo de informalidade. *Economia e Sociedade*, São Paulo, v. 2000, n. julho, p. 153-175, 2000.

_____ (Pré-) Conceitos sobre o setor informal, reflexões parciais, embora instigantes. *Econômica*, Niterói, v. 9, p. 145-168, 2007.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. Envelhecimento, pobreza e proteção social na América Latina. *Texto para discussão nº 1292*. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2007.

CAMARANO, Ana Amélia; MELLO, Juliana Leitão; KANSO, Solange. Juventude e envelhecimento na Conferência do Cairo: 15 anos depois no Brasil. In: ABEP. UNFPA. *Brasil 15 anos após a Conferência do Cairo*. Campinas, ABEP, UNFPA 2009. p. 233-302.

CARRERA-FERNANDEZ, José; MENEZES, Wilson. O idoso no mercado de trabalho: uma análise a partir da região metropolitana de Salvador. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v.32, n.1, p. 52-67, 2001.

CAVALCANTI, M. B. Idosos. In: RANGÉ (org). *Psicoterapia comportamental e cognitiva - pesquisa, prática, aplicações e problemas*. São Paulo: Editora Psy, 1995.

CINTRA, Thais Silva; RIBEIRO, Daniela de Figueiredo; ANDRADE, Antonio dos Santos. O cotidiano de aposentados que continuam trabalhando de maneira informal na indústria calçadista: percepções sobre a aposentadoria e o trabalho atual. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v.13, n.2, p. 277-287, 2010.

COCKELL, Fernanda Flávia; PERTICARRARI, Daniel. Retratos da informalidade: a fragilidade dos sistemas de proteção social em momentos de infortúnio. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.16, n.3. pp. 1709-1718, 2011.

COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação. Idosos trabalhadores: perdas e ganhos nas relações intergeracionais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v21, n.2, p. 367-390, 2006.

CUPERTINO, Ana Paula Fabrino Bretas; ROSA, Heringer Moreira; RIBEIRO, Pricila Cristina Correa. Definição de envelhecimento saudável na perspectiva de indivíduos idosos. *Revista Psicologia: reflexão e crítica*, Porto Alegre, v.20, n.1, p. 81-86, 2007.

DAL ROSSO, Sadi. *Mais trabalho!* A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira, 5 ed. Ampliada, São Paulo: Cortez, 1992.

DELGADO, Mauricio Godinho. *Curso de direito do trabalho*. São Paulo: LTr, 10.ed, 2011, 1403p.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. *Metodologia e técnica de pesquisa em ciências sociais aplicadas: uma proposta de estudo*. Passo Fundo: Clio, 2002.

FEIJÓ, Carmem Aparecida; SILVA, Denise Britz do nascimento; SOUZA, Augusto Carvalho. Quão heterogêneo é o setor informal brasileiro? Uma proposta de classificação de atividades baseada na Ecnf. *Revista de Economia contemporânea*, Rio de Janeiro, v.13, n.2 p. 329-354, 2009.

FURTADO, Adolfo. *A participação do idoso no mercado de trabalho brasileiro*. Brasília-DF: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados/ Consultoria legislativa, 2005.

FRANKL, Viktor. *Psicoterapia e sentido da vida: fundamentos da Logoterapia e análise existencial*. 4 ed. São Paulo: Quadrante, 2003.

FRANÇA, Lucia. H. Preparação para a aposentadoria: desafios a enfrentar. In: VERAS, Renato (org). *Terceira idade: alternativas para uma sociedade em transição*. São Paulo: Relume Dumará, 1999. 230p.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, p. 184, 2010.

GILES, John; DEWEN, Wang; WEI, Cai. The labor supply and retirement behavior of China's older workers and Elderly in comparative perspective. *The World Bank Development and Public Services Team*, 2011.

GOMES, Maria Terezinha Serafim. O Debate sobre a reestruturação produtiva no Brasil. *Ra'e ga*, Curitiba, Departamento de Geografia, UFPR, v.21, p. 51-77,2011.

GOULART JUNIOR, Edward, et.al. Considerações sobre a Terceira idade e o Mercado de trabalho: questionamentos e possibilidades. *Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano*, Passo Fundo, v.6, n.3, p. 429-437, 2009.

HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. Tradução de Waltensir Dutra. 16. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo 2010*. Rio de Janeiro; 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Estimativa populacional. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

KARL, Marx. *O capital*. 3. ed. Bauru: SP: EDIPRO, 3ª ed, 2008. 222p.

KHOURY, Hilma Tereza Tôres et al. Por que aposentados retornam ao trabalho? O papel dos fatores psicossociais, *Revista Kairós Gerontologia*, São Paulo, v.13, n.1, p.147-165, 2010.

- KNOLL, Melissa, A, Z. Behavioral and Psychological aspects of the retirement decision. *Social Security Bulletin*, Vol. 71, No. 4, 2011.
- LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre*. Campinas: Papirus, 1988.
- LEME, Maria Carolina da Silva; MÁLAGA, Tomás. Entrada e saída precoce da força de trabalho: incentivos do regime de previdência brasileiro. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v.55, n.2, p. 205-222, 2001.
- MARQUES, Ana Paula Pereira. Reestruturação produtiva e recomposição do trabalho e emprego. Um périplo pelas “novas” formas de desigualdade social. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 6, p.1545-1554, 2013.
- MARTINS, Maria Inês Carsalade; MOLINARO, Alex. Reestruturação produtiva e seu impacto nas relações de trabalho nos serviços públicos de saúde no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.18, n.6, p. 1667-1676, 2013.
- MARRA, Adriana Ventola et al. Imaginário , subjetividade e aposentadoria feminina. *BBR*, Vitória, v.8, n.2, p. 119-137, 2011.
- MENDES, René; CAMPOS, Ana Cristina Castro. Saúde e segurança no trabalho informal: desafios e oportunidades para a indústria brasileira. *Revista Brasileira Medicina do Trabalho*, Belo Horizonte, v. 2, n.3, p.209-223, 2004.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS. 2013. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/>. Acesso em: 15 de junho de 2013.
- GILES, John; DEWEN, Wang; WEI, Cai. The labor supply and retirement behavior of China’s older workers and Elderly in comparative perspective. The World Bank Development and Public. Services Team, 2011.
- OLIVEIRA, Ednéia Alves. A política de emprego no Brasil: O caminho da flexinsegurança. *Serv. Soc. Soc.* São Paulo, n.111 p. 493-508, 2012.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. A OIT e a economia informal. Lisboa: Escritório da OIT, 2005.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE - OMS. *Envelhecimento ativo: uma política de saúde* /tradução Suzana Gontijo. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.
- PEREIRA, Potyara Amazoneida P. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n.112, p. 729-753, 2012.

QUEIROZ, Vívian dos Santos; RAMALHO, Hilton Martins de Brito. A escolha ocupacional dos idosos no mercado de trabalho: evidências para o Brasil. *Economia, Select*, Brasília, v.10, n.4, p. 817- 848, 2009.

REIS, Carlos Nelson. Exclusão social e atividade produtiva: a dinâmica socioeconômica dos Coredes do Estado do Rio Grande do Sul. *Análise*, Porto Alegre, v. 16, n.1, p. 45-65, 2005.

SANTOS, Maria De Fátima de Souza. *Identidade e aposentadoria*. São Paulo: EPU, 1990, 80p.

SCHNEIDER, Rodolfo, H.; IRIGARAY, Tatiana Q. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 25, n. 4, p. 585-593, out./dez. 2008.

SOUZA, Rosangela Ferreira de; MATIAS, Hernani Aparecido; BRETAS, Ana Cristina Passarella. Reflexões sobre envelhecimento e trabalho. *Ciência & Saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 6, p. 2835- 2843, set. 2010.

STANDING, Guy. *O precariado: a nova classe perigosa*. Tradução Cristina Antunes, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. 285 p.

THEODORO, Mário. As características do mercado de trabalho e as origens do trabalho informal no Brasil. In: LACCOUD, Luciana (Org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA, p. 91– 26, 2005.

VERA, Pedro Sánchez. Bases y fundamentos para una aproximación sociológica a la vejez. *Papers*, v.40, p. 99-120, 1992.

ZANELLI, José Carlos; SILVA, Narbal. *Programa de preparação para aposentadoria*. Florianópolis: Insular, 1996. 111 p

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto; SILVA, Marina da Cruz. O princípio da dermercantilização nas políticas sociais. *Cadernos CRH*, Salvador, v.22, n.56, p. 345-358, 2009.

WAJNMAN, Simone; OLIVEIRA, Ana, Maria, H. C; OLIVEIRA, Elzira, Lúcia. Os idosos no mercado de trabalho: tendências e consequências. In: CAMARANO, Ana, Amélia (Org). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro: Ipea, p. 453-479, 2004.

3. Apêndices

Apêndice I – Termo de consentimento livre e esclarecido

Universidade de Passo Fundo
Faculdade de Educação Física e Fisioterapia
Programa de Pós-Graduação em Envelhecimento Humano

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Projeto: Os aposentados economicamente ativos e a constituição de vínculos entre indivíduo e trabalho

Prezado(a) Senhor (a), _____

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “Os aposentados economicamente ativos e a constituição de vínculos entre indivíduo e trabalho”. O objetivo dessa pesquisa é investigar os vínculos entre trabalho e aposentados economicamente ativos. Sua participação será responder um formulário. O procedimento terá duração de aproximadamente 20 minutos, sendo que este não oferece riscos conhecidos a sua integridade moral, física, mental ou efeitos colaterais. No entanto, se você sentir qualquer desconforto durante a pesquisa e necessite de auxílio, será oferecido o encaminhamento para os serviços especializados gratuitos. Como benefício você poderá receber um resumo deste estudo, caso desejar. Você terá a garantia de receber esclarecimentos sobre qualquer dúvida relacionada a pesquisa e poderá ter acesso aos seus dados em qualquer etapa do estudo. Sua participação não é obrigatória e não implica em nenhum gasto ou remuneração. A qualquer momento você pode desistir de participar do estudo e retirar o seu consentimento, sendo que sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador e com a instituição. As informações obtidas por meio dessa pesquisa serão confidenciais e será mantido sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de modo que permitam a sua identificação. Caso tenha dúvidas sobre o comportamento dos pesquisadores ou sobre alguma mudança ocorrida na pesquisa que não conste neste termo, e caso se considere prejudicado na sua dignidade e autonomia, você poderá contatar as responsáveis pelo estudo, Vanessa Algeri, pelo telefone (54) 9102-7697 e sua orientadora Prof^a. Dra. Cleide Fátima Moretto, pelo telefone (54) 3316-8330, ou também poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Passo Fundo pelo telefone (54) 3316-8370, horário de funcionamento: segunda a sexta das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30min.

Dessa forma, se você concorda em participar da pesquisa como consta nas explicações e orientações acima, coloque seu nome no local indicado abaixo.

Desde já, agradecemos a sua colaboração e solicitamos a sua assinatura de autorização neste termo, que será também assinado pela pesquisadora responsável em duas vias, sendo que uma ficará com você e outra com a pesquisadora.

Passo Fundo, ____ de ____ de 2014.

Nome do Participante

Assinatura do Participante

Vanessa Algeri

Pesquisadora Responsável - Fone: (54) 9102-7697

Apêndice II – Formulário de coleta de dados



Os aposentados economicamente ativos e a constituição de vínculos entre indivíduo e trabalho

1 CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS E PESSOAIS

1.1 Gênero: (1) Mulher (2) Homem

1.2 Idade: _____ anos

1.3 Vive com cônjuge: (0) Não (1) Sim

1.4 Possui filho(s)? (0) Não (1) Sim, tenho _____ filho(s)

1.5 Quantidade de anos que estudou: _____ anos

1.6 Residência:

(1) Própria

(2) Alugada

(3) Mora com filhos e /ou parentes

1.7 Qual a sua condição econômica na unidade familiar?

(1) chefe (provedor principal da renda de seus familiares)

(2) contribuinte parcial

1.8 Quantas pessoas dependem da sua renda na família? _____ pessoas

1.9 Quantos residem na casa (inclusive o respondente)? _____ pessoas

2. CARACTERÍSTICAS DE TRABALHO E RENDA

2.1 Aposentadoria

a) Há quanto tempo você é aposentado? _____ anos

b) Tipo de aposentadoria:

(1) Aposentadoria por tempo de contribuição

(2) Por idade urbana

(3) Por idade rural

(4) Aposentadoria especial

(5) Invalidez

c) Qual o valor da sua aposentadoria líquida mensal? R\$ _____

2.2 Tipos de trabalhos inseridos ao longo de seu período ativo:

2.2.1 1º Trabalho:

1. Ramo de atividade:

- (1) Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura
- (2) Indústrias extrativas
- (3) Indústrias de transformação
- (4) Eletricidade e gás
- (5) Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação
- (6) Construção
- (7) Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas
- (8) Transporte, armazenagem e correio
- (9) Alojamento e alimentação
- (10) Informação e comunicação
- (11) Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados
- (12) Atividades imobiliárias
- (13) Atividades profissionais, científicas e técnicas
- (14) Atividades administrativas e serviços complementares
- (15) Administração pública, defesa e seguridade social
- (16) Educação
- (17) Saúde Humana e serviços sociais
- (18) Artes, cultura, esporte e recreação
- (19) Outras atividades de serviços
- (20) Serviços domésticos
- (21) Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

b) Relação de trabalho:

- (1) Empresário
- (2) Microempresário (MPE, ou MEI)
- (3) Trabalhador Autônomo ou por conta própria com registro

- (4) Trabalhador autônomo ou por conta própria sem registro
- (5) Profissional liberal
- (6) Assalariado setor privado
- (7) Funcionário público
- (8) Funcionário de empresa de economia mista
- (9) Produtor rural

c) Tempo de permanência no trabalho: _____ anos

d) () Trabalho ao se aposentar () Trabalho atual

2.2.2. 2º Trabalho:

a) Ramo de atividade:

- (1) Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura
- (2) Indústrias extrativas
- (3) Indústrias de transformação
- (4) Eletricidade e gás
- (5) Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação
- (6) Construção
- (7) Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas
- (8) Transporte, armazenagem e correio
- (9) Alojamento e alimentação
- (10) Informação e comunicação
- (11) Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados
- (12) Atividades imobiliárias
- (13) Atividades profissionais, científicas e técnicas
- (14) Atividades administrativas e serviços complementares
- (15) Administração pública, defesa e seguridade social
- (16) Educação
- (17) Saúde Humana e serviços sociais
- (18) Artes, cultura, esporte e recreação
- (19) Outras atividades de serviços

(20) Serviços domésticos

(21) Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

b) Relação de trabalho:

(1) Empresário

(2) Microempresário (MPE, ou MEI)

(3) Trabalhador Autônomo ou por conta própria com registro

(4) Trabalhador autônomo ou por conta própria sem registro

(5) Profissional liberal

(6) Assalariado setor privado

(7) Funcionário público

(8) Funcionário de empresa de economia mista

(9) Produtor rural

c) Tempo de permanência no trabalho: _____ anos

d) () Trabalho ao se aposentar () Trabalho atual

2.2.3. 3º Trabalho:

a) Ramo de atividade:

(1) Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura

(2) Indústrias extrativas

(3) Indústrias de transformação

(4) Eletricidade e gás

(5) Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação

(6) Construção

(7) Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas

(8) Transporte, armazenagem e correio

(9) Alojamento e alimentação

(10) Informação e comunicação

(11) Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados

(12) Atividades imobiliárias

- (13) Atividades profissionais, científicas e técnicas
- (14) Atividades administrativas e serviços complementares
- (15) Administração pública, defesa e seguridade social
- (16) Educação
- (17) Saúde Humana e serviços sociais
- (18) Artes, cultura, esporte e recreação
- (19) Outras atividades de serviços
- (20) Serviços domésticos
- (21) Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

b) Relação de trabalho:

- (1) Empresário
- (2) Microempresário (MPE, ou MEI)
- (3) Trabalhador Autônomo ou por conta própria com registro
- (4) Trabalhador autônomo ou por conta própria sem registro
- (5) Profissional liberal
- (6) Assalariado setor privado
- (7) Funcionário público
- (8) Funcionário de empresa de economia mista
- (9) Produtor rural

c) Tempo de permanência no trabalho: _____ anos

d) () Trabalho ao se aposentar () Trabalho atual

2.2.4. 4º Trabalho:

a) Ramo de atividade:

- (1) Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura
- (2) Indústrias extrativas
- (3) Indústrias de transformação
- (4) Eletricidade e gás

- (5) Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação
- (6) Construção
- (7) Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas
- (8) Transporte, armazenagem e correio
- (9) Alojamento e alimentação
- (10) Informação e comunicação
- (11) Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados
- (12) Atividades imobiliárias
- (13) Atividades profissionais, científicas e técnicas
- (14) Atividades administrativas e serviços complementares
- (15) Administração pública, defesa e seguridade social
- (16) Educação
- (17) Saúde Humana e serviços sociais
- (18) Artes, cultura, esporte e recreação
- (19) Outras atividades de serviços
- (20) Serviços domésticos
- (21) Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

b) Relação de trabalho:

- (1) Empresário
- (2) Microempresário (MPE, ou MEI)
- (3) Trabalhador Autônomo ou por conta própria com registro
- (4) Trabalhador autônomo ou por conta própria sem registro
- (5) Profissional liberal
- (6) Assalariado setor privado
- (7) Funcionário público
- (8) Funcionário de empresa de economia mista
- (9) Produtor rural

c) Tempo de permanência no trabalho: _____ anos

d) () Trabalho ao se aposentar () Trabalho atual

2.2.5 Outras ocupações _____

2.3 Rendimento mensal bruto do trabalho atual: R\$ _____

2.4 Possui outras rendas, além da aposentadoria e do trabalho?

(0) Não

(1) Sim

Se a resposta for Sim:

2.5 Origem da(s) renda(s):

(1) Aluguel

(2) Arrendamentos

(3) Lucros e dividendos

(4) Pensão

(5) Aposentadoria privada

(6) Outros

2.6 Quantas horas, em média, você trabalha por dia? _____ horas

2.7 Em que turno você trabalha?

(1) Diurno

(2) Noturno

(3) Ambos

2.8 Dias da semana em que trabalha:

(1) Dias úteis (segunda a sexta-feira)

Em que frequência: (1) Sempre (2) Eventualmente

(2) Sábados

Em que frequência: (1) Sempre (2) Eventualmente

(3) Domingos

Em que frequência: (1) Sempre (2) Eventualmente

(4) Feriados

Em que frequência: (1) Sempre (2) Eventualmente

3. MOTIVOS PARA O RETORNO E/OU PERMANÊNCIA NO TRABALHO

Agora vou ler algumas frases que representam comportamentos e sentimentos. Gostaria que você pensasse se a frase lida representa um dos motivos para você continuar ou retornar ao trabalho. Reflita sobre elas e, por favor, seja o mais sincero(a) possível nas respostas. Não existem respostas certas ou erradas. É apenas a sua opinião que importa.

Eu continuo trabalhando por que:

Fatores	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não discordo nem concordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
	1	2	3	4	5
Se eu não trabalho me sinto inútil. Não consigo ficar parado, preciso trabalhar.					
O que eu faço faz diferença na vida das pessoas para quem eu trabalho.					
O meu trabalho envolve o relacionamento com pessoas, eu posso trocar experiências e vivências.					
A minha vida é o trabalho					
Quando penso na minha vida só consigo me ver trabalhando.					
Eu preciso trabalhar para poder sobreviver, e/ou manter e sustentar a minha família					

Eu continuo trabalhando para manter o meu padrão de vida					
Me sinto feliz e realizado com o meu trabalho					
Tenho que trabalhar, senão fico doente.					
Meu trabalho me proporciona liberdade e autonomia para criar, inventar e descobrir coisas novas					



PPGEH

Programa de Pós-Graduação em Envelhecimento Humano
Faculdade de Educação Física e Fisioterapia - FEFF